



Universidade  
Estadual de Londrina

---

JANAÍNA CAMPOS ABREU FERNANDES

**FORMANDO O CIDADÃO POR TRÁS DA BLINDAGEM:  
ANÁLISE DE UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA  
ESCOLA SITUADA EM UMA INSTITUIÇÃO CARCERÁRIA**

---

LONDRINA  
2009

JANAÍNA CAMPOS ABREU FERNANDES

**FORMANDO O CIDADÃO POR TRÁS DA BLINDAGEM:  
ANÁLISE DE UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA  
ESCOLA SITUADA EM UMA INSTITUIÇÃO CARCERÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Educação da Universidade  
Estadual de Londrina.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Zuleika Aparecida Claro Piassa

LONDRINA  
2009

JANAÍNA CAMPOS ABREU FERNANDES

**FORMANDO O CIDADÃO POR TRÁS DA BLINDAGEM:  
ANÁLISE DE UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA  
SITUADA EM UMA INSTITUIÇÃO CARCERÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Educação da Universidade  
Estadual de Londrina.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Zuleika Aparecida Claro Piassa  
Orientadora  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

A vida é algo realmente surpreendente, as pessoas que dela fazem parte são mais ainda. No meu caso Deus foi maravilhoso quando colocou em meu caminho três anjos que além de me ajudarem na constituição desse trabalho foram parte dele de alguma forma. Por esse motivo dedico de modo especial esse primeiro passo na minha vida acadêmica, ao meu esposo Wilson e aos nossos lindos filhos Eric e Eduardo. Eu os amo muito!!!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por nunca ter me abandonado nesta caminhada, alimentando a minha alma e espírito com seus ensinamentos para que eu conseguisse chegar até aqui.

Agradeço à minha orientadora Zuleika, que foi fundamental para realização de um trabalho inovador e instigante para os amantes da educação. Sua amizade e companheirismo foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Agradeço à minha família como um todo que sempre acreditou na minha capacidade e vontade de retorno aos estudos.

Agradeço à família Fernandes da Silva, a todos que auxiliaram no cuidar dos meus filhos nos meus momentos de ausência.

Agradeço aos meus colegas de curso que de certo modo foram companheiros na minha vida acadêmica, em especial a: Alyne, Angelina, Flávia e Josiane (em ordem alfabética para não gerar conflitos).

Agradeço a todos os professores do curso de Pedagogia da UEL que fazem parte da minha formação como pessoa e educadora.

Enfim, a todos que estiveram comigo de forma direta ou não nesta jornada que é a educação.

FERNANDES, Janaína Campos Abreu. **Formando o cidadão por trás da blindagem: análise de um Projeto político-pedagógico de uma escola situada em uma instituição carcerária.** 2009. 107f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o Projeto Político-Pedagógico e a decorrente organização do trabalho pedagógico de uma instituição de ensino situada numa unidade prisional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, básica e exploratória em que foram empregadas como instrumentos de coleta de dados uma análise documental do projeto político-pedagógico da instituição e entrevistas com a diretora, a pedagoga e um aluno detento, para melhor compreender como o processo educativo é materializado neste contexto e qual a finalidade da educação num ambiente prisional. Inicialmente foi feita uma análise fundamentada de como se configura o Projeto Político-Pedagógico, as instâncias colegiadas, a Educação de Jovens e Adultos, o conceito de cidadania e como se apresenta o cidadão encarcerado diante desta realidade escolar. No segundo momento, situou-se o contexto sem identificá-lo por motivos de segurança, tão exigida e demonstrada neste espaço e procedeu-se a coleta e análise de dados. Através desta pesquisa constatou-se o diferencial do trabalho pedagógico e qual a importância que a educação tem para um aluno detento e também como as políticas públicas se concretizam numa escola localizada no coração da prisão. Assim, foram levantados os aspectos que envolvem a educação formal neste espaço, destacando quais as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação que ali atuam e até que ponto a coletividade, autonomia e participação são desenvolvidas por todos os envolvidos. Considerou-se que a educação no sistema prisional e seu projeto político-pedagógico, denominado na instituição pesquisada de Proposta Pedagógico-Curricular, atravessam problemáticas determinadas pelo próprio sistema e urgência de políticas públicas específicas voltadas para a realidade dos estudantes encarcerados, uma vez que a educação é um direito subjetivo de todos os cidadãos.

**Palavras-chaves:** Projeto Político-pedagógico. Sistema Prisional. Educação de Jovens e Adultos. Cidadania.

Fernandes, Janaína Campos Abreu. **Forming the citizen from behind the screen:** analysis of a political-pedagogical project of a school located in a prison institution. 2009. 107f. Conclusion Course (Graduate Education) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

### **ABSTRACT**

The objective of this work is to analyze the Political-pedagogic Project and the current organization of the pedagogic work of a teaching institution placed in a prison unit. It is a qualitative, basic and exploratory research in that they were used a documental analysis of the political-pedagogic project of the institution as instruments of collection of data and interviews with the director, the educator and an inmate student, for better understanding as the educational process is materialized in this context and wich the purpose of the education in prison atmosphere. Initially it was made a based analysis of as the Politcal-pedagogic Project is configured, the collegiate instances, the Education of Youths and Adults, the citizenship concept and how comes the citizen imprisoned due to this school reality. In the second moment, mentions the context without identifying it because of safety, so demanded and demonstrated in this space and it was proceeded the collection and analysis of data. Trough this research the diferencial of the pedagogic work was verified and which the importance that the education has for an inmate student and also as the public politics they are rendered at a located school in the heart of the prision. Like this, they were lifted up the aspects that involve the formal education in this space, highlighting wich the difficulties found by professionals of the education that there act and to what extent the collectivity, autonomy and participation are developed by all involved them. It was considered that the education in the prision system and your political-pedagogic project, denominated in the researched instution of Pedagogic-Curricular Proposal, they cross certain problems for the own system and urgency of especific public politics gone back to the inmate students' reality, once the education is a subjective right of all the citizens.

**Key words:** Political-pedagogic project. Prision System. Education of Youths and Adults. Citizenship.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|        |                                  |
|--------|----------------------------------|
| PPP    | Projeto Político-Pedagógico      |
| PPC    | Proposta Pedagógico-Curricular   |
| EJA    | Educação de Jovens e Adultos     |
| ENEM   | Exame Nacional do Ensino Médio   |
| PROUNI | Programa Universidade para Todos |
| APM    | Associação de Pais e Mestres     |



## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>11</b> |
| <br>   |           |
| <b>CAPÍTULO I - O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA .....</b>                                   | <b>16</b> |
| 1.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONCEITO .....  | 16        |
| 1.2 AS INSTÂNCIAS QUE ORGANIZAM O TRABALHO PEDAGÓGICO E GARANTEM O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA.....                          | 22        |
| 1.3 A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO PEDAGÓGICO NUMA UNIDADE PRISIONAL .....   | 26        |
| 1.4 A BUSCA PELA CIDADANIA.....  | 33        |
| 1.5 O CIDADÃO EM SITUAÇÃO PRISIONAL E O DIREITO À EDUCAÇÃO .....   | 36        |
| <br>   |           |
| <b>CAPÍTULO 2 - DESVENDANDO OS MUROS DA BLINDAGEM ANÁLISE DA PROPOSTA PEDAGÓGICO-CURRICULAR DE UMA ESCOLA SITUADA NUMA UNIDADE PRISIONAL .....</b> | <b>39</b> |
| 2.1 CARACTERIZANDO O CAMPO DA PESQUISA .....   | 40        |
| 2.2 A COLETA DE DADOS .....  | 40        |
| 2.3 ANÁLISE DOS DADOS .....  | 41        |
| 2.3.1 A Rotina dos Presidiários .....  | 42        |
| 2.3.2 A PPC da Escola.....   | 44        |
| 2.2.3 A Entrevista com a Diretora .....  | 50        |
| 2.2.4 A Entrevista com a Professora Pedagoga .....   | 53        |
| 2.2.5 A Entrevista com o Detento Estudante.....  | 61        |
| <br>   |           |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>65</b> |
| <br>   |           |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>68</b> |
| <br>   |           |
| <b>APÊNDICES .....</b>   | <b>71</b> |
| APÊNDICE A – Entrevista Diretora .....   | 72        |
| APÊNDICE B – Entrevista Pedagoga .....   | 77        |
| APÊNDICE C – Questões da Entrevista com a Pedagoga .....   | 92        |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>94</b> |
| ANEXO A – Proposta Pedagógico Curricular .....                         | 95        |
| ANEXO B – Guia de Estudos .....  | 104       |
| ANEXO C – Metodologia de Trabalho – Divisão de Seguranã e Disciplina - |           |
| DISED .....  | 105       |



P  
P  
P

R  
E  
S  
S  
O  
C  
I  
A  
L  
I  
Z  
A  
Ç  
Ã  
O

C  
O  
L  
E  
T  
I  
V  
O

E  
J  
A

E  
D  
U  
C  
A  
Ç  
Ã  
O

L  
I  
B  
E  
R  
D  
A  
D  
E

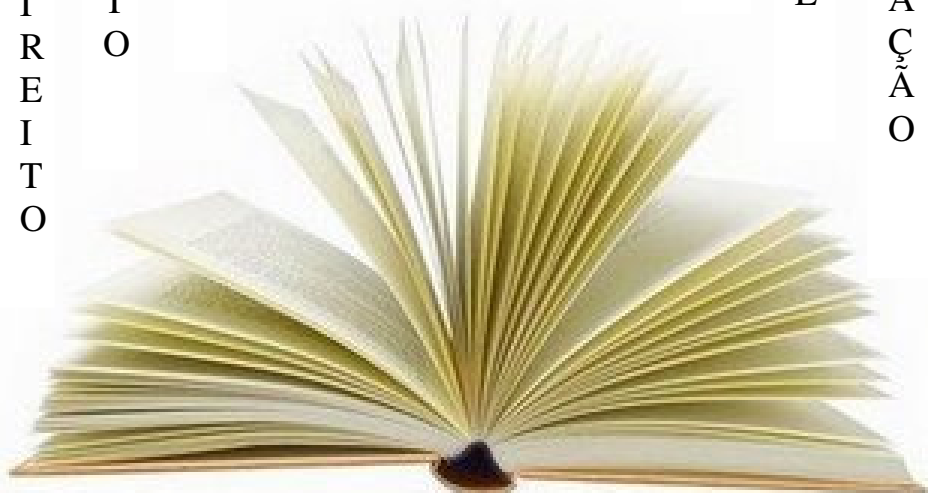
C  
I  
D  
A  
D  
A  
N  
I  
A

S  
I  
S  
T  
E  
M  
A  
P  
R  
I  
S  
I  
O  
N  
A  
L

D  
E  
M  
O  
C  
R  
A  
T  
I  
Z  
A  
Ç  
Ã  
O

R  
E  
S  
P  
E  
I  
T  
O

D  
I  
R  
E  
I  
T  
O



INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho iremos analisar a Proposta Pedagógico-Curricular de uma instituição de ensino situado numa unidade prisional da cidade de Londrina. Optamos por não divulgar o nome da escola por questões de segurança e preservação da identidade dos entrevistados, até mesmo porque nossa intencionalidade é desenvolver uma pesquisa crítica e a identificação dos agentes não constituía relevância significativa.

Entretanto, antes de situar a análise propriamente dita, faz-se necessário contextualizar historicamente como se iniciou o sistema prisional no Brasil para melhor entendimento de ensino com o mesmo.

Como se tem conhecimento, a questão da criminalidade não é um assunto que ocorre nos dias atuais, mas que sempre fez parte da história da humanidade. Na Antiguidade, a privação de liberdade estava vinculada a sanção, ou seja, os presos eram preservados até o recebimento de sua pena ou muitas das vezes ficavam aprisionados até a morte.

Na Idade Média, os presos ficavam aglomerados no mesmo local, sem distinção de gênero, classe ou qualquer aspecto que distinguisse as pessoas, e, assim como na Antiguidade, a pena privativa de liberdade não é demonstrada. Mas, foi nesse período que aparece a prisão do Estado e a prisão Eclesiástica, sendo as sanções prisionais impostas por decisão dos soberanos da época, conforme a condição social do acusado.

No Período Moderno, a autoridade para resolver os conflitos então existentes era da competência do Estado, sendo institucionalizado com o intuito de ser “feita a justiça” através dos institutos de reclusão para cumprimento de penas dos detentos.

Percebe-se até o presente momento que a intencionalidade do aprisionamento dos acusados nos períodos demonstrados e a forma de aprisioná-los eram variadas, até que suas penas fossem aplicadas, sendo: castigos corporais, penas de morte, entre outros.

No século XVIII, através das ideias iluministas, o sistema criminal vem para substituir o que era aplicado nos tempos passados, através de um ideal no qual o indivíduo que viesse a cometer algum tipo de crime seria conduzido aos castigos determinados.

Os primeiros sistemas penitenciários aparecem nos Estados Unidos em meados dos séculos XVIII e XIX, com uma organização diferenciada das anteriores, na qual surgem normas a serem cumpridas. No transcorrer desse período, exclui a pena de morte para

o implemento progressivo da mesma (CHILANTE; SCOARIS; CARVALHEIRO, 2009)

Atravessados os diversos períodos demonstrados, a instituição penal de hoje demonstra que pouco se modificou em relação a alguns aspectos do passado, cabendo ainda o controle que os administradores prisionais tem sobre a liberdade e o tempo dos apenados, como o direito de suas faculdades físicas e morais. Neste sentido, a prisão dos tempos atuais, na grande maioria dos lugares, pouco tem feito para melhorar as problemáticas enfrentadas no seu dia a dia, como: A demora nos processos judiciais, falta de espaço para comportar os apenados, melhor aparelhamento para um desenvolvimento mais eficiente do trabalho da polícia, entre tantos outros aspectos que complexificam o bom andamento da segurança e da dignidade dos indivíduos que se encontram ou não em liberdade. Assim, resultam-se as desigualdades e injustiças sociais tão expresadas em nossa sociedade como um todo.

Atualmente, a escola neste contexto vem a princípio como reintegradora, ressocializadora dos encarcerados, ou seja, a salvadora dos males sociais e sendo muitas das vezes utilizada como um meio e não como um direito garantido a todo o ser humano.

Nesta turbulência de ideias que surgiu o interesse de fazer uma pesquisa que envolvesse o tema relacionado ao sistema prisional com a educação, até mesmo porque são poucas as publicações que falam a respeito do assunto. Neste tempo como estudante de pedagogia sempre tive o interesse de buscar algo novo para contribuir de alguma forma para estudos diferenciados em meu curso e acredito que este tema pode ser o início de muitas análises para acrescentar na formação acadêmica e quem sabe até profissional de algum colega e até mesmo a minha se por acaso viermos atuar neste espaço.

A importância social do tema serve para “desconstruir” a ideia que muitas pessoas têm a respeito da educação que é desenvolvida na prisão, que apesar das singularidades e dos estigmas que os alunos de uma escola do sistema prisional carregam, ela pode ser vista como direito que cabe a todo e qualquer indivíduo, independente de sua condição. Para os futuros e já pedagogos, a intenção é contribuir de alguma forma no desenvolvimento do trabalho pedagógico e compreensão do assunto para os que não conhecem mais profundamente.

Entretanto, não se pode deixar de comentar que os estigmas presentes na educação desenvolvida no sistema prisional são fatores presentes, como poderão ser observados no decorrer do trabalho, em especial ao nosso campo de pesquisa. As problemáticas são diversas, entre elas estão: A falta de estágio no campo e disponibilidade de acesso ao local, não disponibilização de alguns documentos para estudos, entre tantos outros aspectos que fizeram parte desta pesquisa.

Como problema de nosso estudo, fizemos o seguinte questionamento: **Como se configura o Projeto Político-Pedagógico e a organização do trabalho pedagógico de uma unidade escolar localizada numa instituição prisional?**

Tal problema se desdobra em questões menores, a saber:

- 1) Quais semelhanças e diferenças entre o Projeto Político-Pedagógico de uma escola do ensino regular e de uma situada no sistema prisional?
- 2) Como se dá a autonomia, cidadania e participação numa escola localizada no sistema prisional?
- 3) Como a coletividade é desenvolvida neste contexto educacional?
- 4) Existem políticas públicas que atendam a necessidade da educação desenvolvida no sistema prisional? Até que ponto isto acontece?
- 5) Os alunos que estudam no sistema carcerário dão continuidade aos estudos? Como se dá esta problemática?
- 6) Como a educação é vista no sistema prisional? Qual sua função?

Assim, o objetivo central é a análise do Projeto Político-Pedagógico de uma instituição de ensino localizada numa unidade prisional e, para tanto, utilizamos como metodologia uma pesquisa de caráter qualitativo, básico e exploratório. Esse tipo de pesquisa nos permitiu um aprofundamento mais amplo a respeito do assunto, como a análise do Projeto Político-Pedagógico e de alguns documentos do nosso campo de pesquisa. Também fizemos entrevistas abertas com a diretora, pedagoga e um aluno detento na intenção de melhor compreensão do assunto tratado. Estas entrevistas foram coletadas na recepção do próprio presídio, que os agentes carcerários denominam “blindagem”.

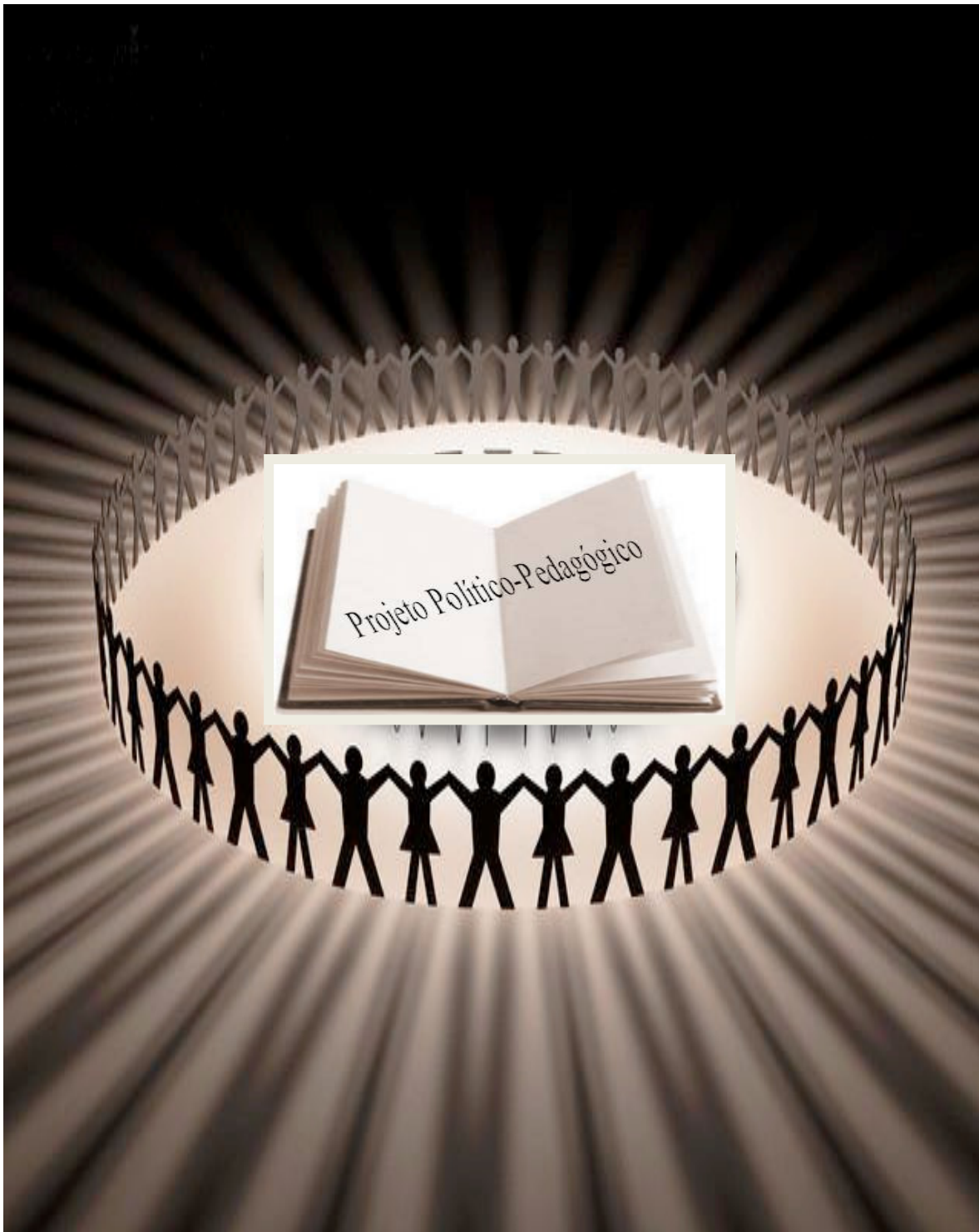
Com base em nossa fundamentação teórica utilizamos autores e documentos como: Brasil (1996); Gohn (2005); PARANÁ (2006); Saviani (1992); Vázquez (1977); Veiga (2001a), entre tantos outros que foram de fundamental importância na construção deste trabalho.

Organizamos o trabalho em dois capítulos. O primeiro intitulado: O Projeto Político-Pedagógico e a organização do trabalho pedagógico na escola pública. Tivemos como objetivo analisar o projeto político-pedagógico e a organização do trabalho pedagógico numa escola pública situada numa unidade prisional. Com o intuito de conceituar e fundamentar teoricamente o Projeto Político-Pedagógico, destacando seu papel organizador

do trabalho na escola, bem como sua função enquanto definidor da identidade e do compromisso político que os profissionais da escola assumem com os alunos e com a sociedade.

No segundo capítulo, que denominamos como: “Desvendando os muros da Blindagem”, foi feita a análise da Proposta pedagógico-curricular e a organização do trabalho pedagógico que a concretiza. Esta proposta é de uma escola situada numa unidade prisional, considerando a organização do trabalho pedagógico, as concepções de homem, mundo, sociedade e educação do encarcerado.

A pesquisa permitiu considerar inicialmente que a educação é um direito subjetivo do cidadão, tendo este direito a ela, mesmo em situação de privação de liberdade. A educação no sistema prisional e seu projeto político-pedagógico atravessam problemáticas determinadas pelo próprio sistema e urge o estabelecimento e consolidação de políticas públicas específicas voltadas para a realidade dos estudantes encarcerados.



# CAPÍTULO I

“Quem participa do Projeto Político-Pedagógico são os professores, são os pedagogos, são os diretores, são as pessoas que trabalham dentro do sistema, todos os segmentos do sistema tem uma parte no Projeto Político-Pedagógico. Porque o Projeto Político-Pedagógico na verdade são todas as ações da escola em relação ao que ela vai trabalhar com o aluno.” (Pedagoga da escola)



## CAPÍTULO 1

### O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA

Nossa pesquisa pretende investigar a singularidade do projeto político-pedagógico e a organização do trabalho pedagógico numa escola pública situada numa unidade prisional. Neste capítulo, nosso intuito é conceituar e fundamentar teoricamente o projeto político-pedagógico, destacando seu papel organizador do trabalho na escola, bem como sua função enquanto definidor da identidade e do compromisso político que os profissionais da escola assumem com os alunos e com a sociedade.

#### 1.1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP): CONCEITO

As reformas educacionais engendradas na década de 90 do século XX trouxeram o projeto político-pedagógico como um elemento fundamental na organização da escola. Desde então, tem sido uma luta a superação deste enquanto um mero documento cumpridor das determinações burocráticas emanadas dos órgãos mantenedores. Neste sentido é importante resgatar o conceito de projeto político-pedagógico enquanto um processo. Assim:

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo (VEIGA, 2001a, p. 9).

O projeto político-pedagógico abrange todos os aspectos que ocorrem no cotidiano escolar, servindo para analisar e questionar os valores que ali estão colocados. Além de refletir sobre os problemas, busca solucionar os mesmos, conhecendo cada envolvido da instituição de ensino. Definindo quais intenções teóricas e metodológicas utilizadas,

respeitando-se a cultura e comunidade local sem esquecer-se de, “[...] analisar as influências das dimensões geográficas, políticas, econômicas e culturais” (VEIGA, 2001a, p. 10).

Estas dimensões estão expressas no contexto em que vivemos, ou seja, no Estado Liberal, que está em constante transformação, por diversos motivos, dentre os quais estão: a modernização do país, o avanço tecnológico, aceleração do crescimento econômico, acúmulo de informações, entre tantos outros fatores que nos constituem e definem as relações sociais de forma individualista ou não. Na realidade brasileira os conflitos são gerados através dessas mesmas relações, na qual prevalece o interesse dos que detêm e dominam uma perspectiva econômica e política diante de outros que não fazem parte dessa mesma classe.

Assim, surge à necessidade de se trabalhar visando o bem coletivo, na educação, o projeto pedagógico é um grande aliado para a realização desta visão de formação do indivíduo crítico e trabalho coletivo, adequando-se ao que está posto na sociedade, dentre os quais está à vida profissional e a consciência cidadã.

Seguindo este pensar sobre, destacamos duas etapas importantes para a elaboração do projeto pedagógico que na visão de Veiga (2001a, p.10-11) é a Concepção e Execução. Em relação à concepção todos os sujeitos devem participar de forma atuante nas decisões, organizando seu trabalho pedagógico eliminando os problemas existentes, respeitando a realidade e comprometendo-se com o entendimento do cidadão. Quanto à execução, o projeto surge de sua realidade, apontando as causas e deficiências existentes. Todos os sujeitos devem envolver-se com o cotidiano escolar e construí-lo de forma progressiva para que possa atender as necessidades locais.

O projeto pedagógico é portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que influencia e que pode ser influenciado. Em suma, é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade (VEIGA, 2001a, p. 11-12).

Dentro desta concepção de projeto pedagógico apresentadas até o presente momento, a cidadania relaciona-se diretamente com a proposta desde o surgimento até a concepção deste processo, de modo que todos “[...] docentes, à equipe técnica (supervisor, coordenador pedagógico, diretor, orientador educacional) e aos funcionários” (VEIGA, 2001a, p. 12), deverão ter livre acesso em sua elaboração e colocá-lo em prática, ressaltando que o mesmo está sempre em construção.

O PPP reflete sobre a formação do indivíduo, sua consciência crítica, formação de sua individualidade contemplando o social e uma melhoria no ensino. Assim, a

escola deve agir de forma autônoma, definindo sua identidade “A autonomia não é um valor absoluto, fechado em si mesmo, mas um valor que se determina numa relação de interação social” (VEIGA, 2001a, p. 15).

A autonomia da escola, segundo a mesma autora, baseia-se em quatro dimensões:

- I. Autonomia administrativa: administrar de modo independente seus trabalhos internos e externos de acordo com sua realidade, indicando de forma democrática os seus gestores, analisando sua experiência e liderança;
- II. Autonomia jurídica: criar normas e regras de forma que atenda com satisfação as necessidades escolares, sem perder o caráter de instituição propiciadora da educação envolvida na cidadania plena do educando;
- III. Autonomia financeira: são os recursos financeiros necessários para o funcionamento da escola. No caso do ensino público há certa resistência dos docentes, pois os mesmos temem que haja uma mudança na estrutura do sistema, podendo tornar-se instituição particular, sem vínculos com sindicatos e com o Estado, ameaçando a estabilidade no emprego;
- IV. Autonomia pedagógica: preocupa-se desde o processo ensino-aprendizagem, através das metodologias aplicadas, até chegar à organização escolar e docente. Articulando com o externo e interno, através das associações, para uma melhoria nas pesquisas e construção dos projetos realizados pelos docentes (VEIGA, 2001a, p. 16-18).

Para que aconteça essa autonomia dentro da escola é necessário mais do que disposição dos envolvidos, principalmente na realidade em que vivemos. A mudança parte de uma nova educação social, política e cultural, ou seja, sendo propiciada igualmente a todos os sujeitos com participação efetiva e através de uma consciência crítica. Segundo Veiga (2001a, p.20) “A educação é direito de todos e não deve se constituir em um serviço, uma mercadoria, sendo transformada num processo centrado na ideologia da competição e da qualidade para poucos.” Fato este que infelizmente não ocorre atualmente na maioria das instituições de ensino.

Quando esta educação inovadora foi discutida no sentido político, cultural e social, fica evidente a necessidade do respeito às diferenças e o projeto pedagógico vem para atender esta diversidade existente, de forma democrática, construindo coletivamente seus objetivos.

A escola precisa ir além do discurso democrático, o que significa, entre outros aspectos, respeitar a concretude de sua comunidade, do efetivo exercício da democracia, por meio do qual todos – além de serem convidados a participar de um projeto comum vendo respeitados seus limites, reconhecidas suas riquezas e desenvolvidas sua potencialidades – tenham o seu tempo de amadurecimento epistemológico e tornem-se capazes de traçar seu próprio percurso reflexivo (RESENDE, 2001, p. 43).

Esta prática educacional só será possível quando as diferenças entre pensar e agir sejam colocadas numa discussão mais ampla, rompendo com certas ideologias e superando obstáculos, na qual está a melhoria na formação docente, que é um dos determinantes para a construção de uma educação igualitária e justa.

Outro fator essencial na elaboração do projeto pedagógico é a ligação direta que o mesmo se faz com a cidadania, ou seja, atualmente se fala muito da igualdade que deve existir entre as pessoas e a mesma pode acontecer dentro da escola, numa perspectiva de melhoria do cidadão atuante na sociedade e na sua própria vida, através da educação.

O coletivo é uma palavra chave para o bom funcionamento da escola e de seu projeto pedagógico, a autoridade de apenas uma pessoa (no caso o diretor) não serve nesta visão democrática de ensino, a mudança deve partir de dentro para fora, com plena consciência que conflitos diante desta proposta virão e que os mesmos podem ser superados através do diálogo. É evidente que o novo assusta, porém esta dificuldade é apenas mais uma etapa construtiva para o bom funcionamento de todo o processo. Segundo Martins (2001, p. 60) “O processo de inovação pressupõe intencionalidade, conhecimento da situação, dos recursos disponíveis, dificuldades e limitações e, principalmente, tempo”.

Atualmente, a disposição e preocupação de renovação social e educacional estão servindo para acompanhar esse ritmo de vida imposto pela política neoliberal, buscando a participação numa democracia cidadã, ou seja, fazendo que ocorra uma constante entre o direito de todos os cidadãos à educação e ao exercício pleno da cidadania.

Entretanto, existem alguns obstáculos na constituição e aplicação deste projeto, como:

- O fluxo contínuo de funcionários e professores compromete a identidade com a instituição e muitas das vezes com a constituição e aplicação do PPP;
- Em muitas instituições de ensino o PPP fica disponível em bibliotecas, na qual são poucos os interessados em analisá-lo ou quem dirá colocá-lo em prática;
- Há falta de tempo, estudo e comprometimento entre todos os envolvidos, priorizando as questões administrativas nas reuniões de corpo docente;
- Pouco conhecimento teórico para relacionar as atividades docentes com a proposta pedagógica da escola, incluindo a má formação e despreparo no momento em que o profissional da educação tem de seguir regras e normas impostas pelas políticas educacionais (Que passam por constantes mudanças) (CAVAGNARI, 2001, p. 99-103)

É de vital importância considerar todo esse processo e que avaliá-lo incessantemente se faz necessário por entender que também fazemos parte deste ciclo infinito,

pois a sociedade está sempre atualizando e transformando-se através de diversos fatores existentes.

Durante esta reflexão, discutiu-se o trabalho coletivo e a mudança de postura que pode acontecer através do PPP. Por esse motivo a avaliação vem com uma nova “roupagem”, sendo conduzida tanto pelo professor quanto pelo aluno, preocupando-se não apenas com os conhecimentos sistematizados e também com a formação crítico-social de ambos, no sentido de atuação concreta e efetiva diante da realidade e sociedade

Com base nestas disposições, o conhecimento é obtido através da avaliação formativa e da auto-avaliação, incorporando uma construção flexível entre o ensino e a aprendizagem, abandonando a avaliação por notas/resultados e aplicando a prática avaliativa diária. Segundo Villas Boas (2001, p. 195):

O próprio grupo é que, por meio de estudos e discussões, construirá as práticas avaliativas comuns à escola e aquelas específicas de cada disciplina/atividade. Além disso, é preciso que se perceba a avaliação como uma categoria presente em todos os momentos do trabalho da escola e da sala de aula. Ela é tão poderosa que pode facilitar ou prejudicar o desenvolvimento das atividades.

Por isso, planejar e avaliar são atos ininterruptos, “[...] é uma atividade permanente de reflexão e ação” (LIBÂNEO, 2004, p. 150). Até mesmo porque as interações são continuamente realizadas entre as pessoas, pois nada é igual neste sentido e o processo educacional está constantemente se modificando.

A intenção de se inovar parte do desejo de não manter o caráter de inovação regulatória ou técnica, neste aspecto compromete-se com questões mais burocráticas, conservadoras, descontextualizadas e muitas outras que exclui o coletivo, valorizando apenas o resultado. Em suas palavras Veiga (2009, p. 272) demonstra que:

O projeto político-pedagógico na esteira da inovação regulatória ou técnica, está voltado para a burocratização da instituição educativa, transformando-a em mera cumpridora de normas técnicas e de mecanismos de regulação convergentes e dominadores.

Nesse sentido, o PPP necessita de uma intencionalidade de inovação emancipatória ou edificante, na qual as modificações irão se concentrar desde a reconsideração da estrutura escolar, suas relações sociais, valores, até a democratização e autonomia do projeto pedagógico.

A elaboração do projeto político-pedagógico sob a perspectiva da inovação emancipatória é um processo de vivência democrática à medida que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar e acadêmica participam dela, tendo compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas das trilhas que a instituição irá seguir (VEIGA, 2009, p. 279).

O PPP vem com a intencionalidade de inserir e participar dos aspectos culturais, sociais, pessoais e até mesmo financeiros de modo democrático, construindo uma realidade quando a mesma se encontra diante de uma necessidade, não apenas refletindo sobre a ação e também num “[...] processo de ação-reflexão-ação que se instaura na escola envolvendo todos os seus integrantes” (LIBÂNEO, 2004, p. 161).

Neste processo de reflexão sobre a ação, o ato de planejar se faz necessário em todos os momentos, principalmente na educação. Segundo Gomes et al. (2008, p. 2):

No âmbito escolar o planejar também está presente e deve ser considerado como fator primordial no processo de ensino-aprendizagem. Este deve ter como característica a dialogicidade, o respeito à diversidade, seja cultural, religiosa, ética, econômica ou política.

O planejamento é um instrumento eficaz para melhor organização, compreensão e solução de problemas e tantos outros aspectos que fazem parte deste compromisso com o social, pessoal e educacional. No caso direto com o educacional, o ato de planejar serve como direcionamento das ações educativas e por consequência o profissional consegue trabalhar de forma mais completa, ou seja, compreendendo melhor suas ações. Isto, de modo dialógico, numa espécie de troca entre educador e educando. Esta não é uma tarefa fácil nos dias atuais.

Infelizmente o conceito de planejamento dialógico está longe de se fazer presente na maioria de nossas escolas, pouco são as escolas que possuem em seu cotidiano tal prática. E as razões para tal são inúmeras: direções antidemocráticas, interesses pessoais em detrimento de interesses coletivos, escassos recursos financeiros destinados as escolas, pressão política e inibição do direito de expressão dos professores, falta de respeito a diversidade ética, cultural, política, dentre outros (GOMES et al., 2008, p. 2).

As dificuldades estão presentes em todos os momentos de nossas vidas e em tudo que nos rodeia, ora seja no aspecto político, social e também no econômico. Entretanto, não podemos deixar que o desânimo seja um fator que nos leve a desistir de ir em frente, buscar por mudanças positivas, através de ações que façam isso acontecer. Por este motivo a

consciência democrática e a busca pela cidadania são indispensáveis na formação dos cidadãos. Na visão de Gomes et al. (2008, p.3):

Formar cidadãos críticos e participativos é acima de tudo deixar as pessoas livres para que expressem seus contentamentos e discontentamentos, é respeitar a multiculturalidade dos seres, é entender que a escola deve acompanhar as transformações do mundo.

Estas transformações podem partir de um PPP de qualquer instituição educacional, como orientador dos passos a serem dados no tempo atual e futuro, visando uma mudança ampla direcionada na formação do aluno e até mesmo de todos os profissionais que estão inseridos nesta realidade. Neste sentido o novo não deve ocorrer somente nas pessoas, mas também na sociedade, sendo mais justa e igualitária.

Sendo assim, as produções de escola não têm uma padronização, elas buscam, por meio de seu projeto político, equacionar as relações de poder, economia e conhecimento dentro de um contexto de cidadania, que atribuam uma finalidade inclusiva à escola e aos seus participantes (MORASTONI; MALINOSKI, 2008, p. 2).

Na procura desta compreensão do contexto escolar relacionado com as relações que tangem a nossa realidade e a cidadania que tem como objetivo levar uma participação mais efetiva de seus participantes, fazendo-se necessário comentarmos a respeito das instâncias que organizam o trabalho pedagógico como estão inseridas no processo escolar e qual sua função na elaboração e efetivação do PPP.

## 1.2 AS INSTÂNCIAS QUE ORGANIZAM O TRABALHO PEDAGÓGICO E GARANTEM O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

Com o avanço da modernidade e as mudanças que se tornam cada vez mais frequentes no decorrer do nosso cotidiano, a educação está diretamente ligada a esta transformação social que existe na sociedade em geral. O trabalho, a cultura e a política são fatores que influenciam as instituições de ensino a se adequarem ou debaterem ao ideal imposto, sendo que as instâncias colegiadas são as gestoras que dependendo da dinâmica de seu trabalho poderão ou não atuar de forma direta no processo educativo.

Essas instâncias quando bem definidas alteram o significado do processo educativo nas escolas, tornando-se locais de informação e contribuição para discussão dos problemas enfrentados, refletindo sobre suas práticas e principalmente como um espaço organizativo que segundo Camargo e Adrião (2009, p. 6).

[...] além de estabelecer relações institucionais de representação frente ao poder e à própria sociedade, pode ter sua forma de organização expandida para outras ações coletivas; enfim um espaço político e de construção de cidadania. Trata-se de entender que os meios e fins, numa perspectiva democrática, são indissociáveis, principalmente em se tratando de práticas educativas.

Nessas práticas educativas o bom funcionamento das instâncias vai depender da superação de conflitos que ocorrem nas escolas que mais atrapalham a dinâmica do fazer pedagógico do que ajuda na superação das deficiências encontradas, como por exemplo, implantar ações que nas palavras de Paro (1995, p. 304) “[...] referem-se a medidas que visem a superação das atuais práticas escolares, as quais expressariam os condicionantes ideológicos, institucionais, político-sociais e materiais da participação da comunidade na gestão escolar.”

Condicionantes estes que trazem a hierarquia existente nas escolas, limitando a participação da comunidade na gestão escolar quando esta não acontece de forma democrática na instituição de ensino. Neste aspecto ainda está à falta de estrutura e materiais encontrados na realidade das escolas públicas, como “às condições objetivas em que se desenvolvem as práticas e relações no interior da escola.” (PARO, 1995, p. 301).

A superação para estes condicionantes precisam estar atribuídos a um novo fazer dentro da escola e pelos profissionais que nela atuam em diversos aspectos, ou seja, através de práticas que proporcionem o fazer coletivo de forma integrada e definindo a função de cada um.

Definidos os papéis, vale ressaltar que a escola tem como função primordial a transmissão do saber sistematizado e como tal deve ser respeitada dentro dessa especificidade. Entretanto, não podemos negar que a mesma está inserida num contexto de múltiplas variáveis, como as transformações que ocorrem diariamente na vida das pessoas e o ritmo acelerado imposto pelo capitalismo.

Por este motivo delimitaremos a respeito das instâncias que organizam o trabalho pedagógico da escola, ressaltando sua importância para compreensão de sua estrutura, valores e relações que fazem parte desta dinâmica. Esta estrutura organizacional que



tem como componentes o Conselho Escolar e os Conselhos de Classe que constituem relações com a comunidade interna e externa. Existem também as organizações que podem ou não ser institucionalizadas, como a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil, na qual “São instituições auxiliares para o aprimoramento do processo educativo.” (VEIGA, 2001b, p. 114).

A compreensão de que a organização escolar demanda o trabalho dos diversos agentes que dela fazem parte, evidencia que seu funcionamento depende de um fazer coletivo, ou seja, de uma gestão democrática que efetiva a necessidade de alunos e professores na escola. Nas palavras de Veiga (2001b, p. 114) essa dinamicidade acontece da seguinte forma:

[...] quando os educandos e os educadores percebem a escola como um local de trabalho, estudo e auto-organização para realizar suas atividades e seus interesses, eles se envolvem no “coletivo” e a escola se transforma em local de formação, preparação para o trabalho e exercício da cidadania.

Não se pode negar que ao tratarmos das instâncias colegiadas, em especial o Conselho Escolar, o desenvolvimento do trabalho deve priorizar fatores que vão efetivamente contemplar seu público, com decisões que priorizem debates e reflexões que atendam as exigências colocadas por professores, pais, alunos e funcionários. Apesar desta proposta, o que ocorre em muitas instituições de ensino é o desinteresse por parte dos envolvidos, ou até mesmo o distanciamento na tomada e discussão das propostas escolares.

O Conselho de Classe se apresenta como uma instância, cuja função está em permanente articulação com o processo de ensino e o trabalho escolar, o processo avaliativo neste aspecto é o fator que demonstra como se dá as relações pedagógicas. “É preciso ficar claro que o objeto do Conselho de Classe é o ensino e suas relações com a avaliação da aprendizagem.” (VEIGA, 2001b, p. 117).

Importante ressaltar que esse processo avaliativo que acontece nos Conselhos de Classe não visa avaliar de forma individual, mas coletiva de acordo com as disposições apresentadas de cada aluno. Esse espaço educativo tem como finalidade promover ações que levem os educadores a superarem as dificuldades apresentadas no seu trabalho, como a burocracia posta, podendo fazer com que essa prática torne-se num ambiente transformador de atitudes e decisões.

A APM é uma instância que pode ou não ser institucionalizada, ou seja, contribuir com a melhoria na educação, trabalhando em conjunto com pais, alunos,

comunidade e profissionais; tendo também como cargo, atuar diante das “[...] verbas públicas recebidas e aplicadas pela escola, com a participação dos pais no seu cotidiano em cumplicidade com a administração.” (PARO, 1995, p. 137).

A cobrança das taxas realizadas pela APM é outro aspecto que não soluciona os problemas existentes na escola, ressaltando que a responsabilidade maior cabe ao poder público manter a educação como um todo. Outro aspecto que vai contra a participação adequada da APM na escola é o fato de ser chamada para participar mais de eventos promocionais do que a real necessidade da comunidade.

Neste sentido, podemos observar essa ideia na fala de Veiga (2001b, p. 119):

Daí a razão de a APM não cumprir o papel para o qual foi criada. As atividades ficam muito restritas à superficialidade que cerca o contexto escolar. E, nesse particular, as mães que participam mais ativamente tornam-se domésticas, isto é, passam a estender suas atividades do lar dentro da escola. E a escola, nesse momento, perde a grande chance de envolver pais, mães ou responsáveis no seu verdadeiro objetivo que é de formar o aluno pra o exercício da cidadania.

O desenvolvimento desse trabalho pedagógico e comunitário poderia ser realizado de modo construtivo por todos os agentes que dela fazem parte, se a falta de recursos financeiros e estrutura não atrapalhassem e até mesmo desestimulassem a vontade de tal tarefa, cabendo a responsabilidade aos órgãos mantenedores promover essa participação democrática no ambiente escolar.

A participação da comunidade não deveria vincular-se apenas aos programas desenvolvidos por empresas e pelo poder público, o ideal seria romper com esses ideais capitalistas e burocráticos. A escola precisa de uma APM ativa nas decisões escolares, cumprindo o seu papel de gestora que vai ajudar na tomada de decisões que favorecem a autonomia da escola.

Outra instância que merece destaque é o Grêmio Estudantil, que historicamente atravessou por diversas conturbações no ano de 1964, por conta de impasses políticos, resultando no controle de seus ideais e desarticulando o movimento. “Isso trouxe como consequência o silenciamento da voz do aluno provocado pelo controle, pelo cerceamento e pela desarticulação do movimento estudantil.” (VEIGA, 2001b, p. 121).

Já no ano de 1985, o Grêmio Estudantil adquire autonomia perante a lei, como institutos representativos para atuarem de acordo com seus interesses, no processo

educativo e buscando atuar de forma participativa no processo escolar da instituição de ensino que faz parte. “A Lei Federal conferiu autonomia aos estudantes do então ensino de 1º e 2º grau, hoje educação básica, para organizarem seus grêmios como entidades representativas de seus interesses.” (VEIGA, 2001b, p. 122).

Considera-se o Grêmio Estudantil como órgão que tem atuação democrática nas escolas, demonstrando que seu caráter é construído através de seus participantes, ou seja, a identidade que for demonstrada através de suas ações será estabelecida através dos alunos que nela atuarem. Por isso, a participação precisa ser estimulada desde sempre por aqueles que já atuam no Grêmio Estudantil e pelos profissionais da educação que um dia se encontraram na mesma posição, tornando este espaço para debates e criação de ideias.

Assim, o Grêmio Estudantil como todas as outras instâncias apresentadas nesta reflexão, não deve ir contra a escola e sim a favor para se construir num espaço modificador do ideal capitalista e democrático. Democracia essa tão desejada pelos diversos segmentos da sociedade, entre eles destaca-se especificamente a educação de jovens e adultos que iremos tratar a seguir ressaltando suas principais características.

### 1.3 A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO PEDAGÓGICO NUMA UNIDADE PRISIONAL

A escola situada numa unidade prisional deve considerar em primeiro lugar as características de sua população que neste caso se constitui de jovens e adultos encarcerados. Sendo assim, a primeira discussão que devemos travar é sobre a especificidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A EJA na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) vem a se constituir como modalidade cuja principal função é levar a escolaridade formal a pessoas que, por alguma razão, não tiveram acesso em sua infância, direito este garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, constam no Título V, Capítulo II, Seção V, na qual se encontram artigos relacionados à Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades

educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Apesar desta garantia de ensino, a EJA no Brasil enfrenta descasos que resultam na má formação docente, falta de instituições próprias, profissionais qualificados, material didático e metodologias específicas na grande maioria das instituições que ofertam esse tipo de educação. No caso das instituições de ensino localizadas no sistema prisional a realidade torna-se mais caótica em relação as que são ofertadas em escolas ou espaços fora deste contexto, como se observa nas próprias diretrizes e bases da educação nacional não há leis específicas para o ensino no sistema prisional, “A educação escolar no sistema penitenciário ou a chamada educação prisional no Brasil carece de estatuto próprio.” (CHILANTE; SCOARIS; CARVALHEIRO, 2009, p. 200).

Além da má formação docente que acontece de modo aligeirado em muitos dos casos, esta modalidade de ensino deixa a imagem que qualquer cidadão pode ser um educador de jovens e adultos, sendo formado ou não. No que diz respeito ao professor que atua no sistema penitenciário, sua formação está ajustada a formação específica da EJA, ou seja, ainda não ocorre uma formação própria para o profissional que trabalha com alunos encarcerados, demonstrando a necessidade de políticas próprias para esta modalidade de ensino. Neste sentido Chilante, Scoaris e Carvalheiro (2009, p. 204) afirmam que:

Urge pensar para essa população uma educação diferenciada, voltada para a formação cidadã, com diretrizes pautadas em propostas político pedagógicas para a execução penal que contemple os princípios filosóficos, a concepção pedagógica, o horário, o material didático, o currículo, os espaços e os tempos do sujeito privado de sua liberdade. Além disso, salientou-se a necessidade de uma política de formação continuada de educadores e dos agentes penitenciários cujo foco seja a educação.

Este descaso com o aprendizado do aluno da EJA precisa ser modificado, pois os indivíduos que a procuram trazem consigo marcas e vivências que irão se reproduzir no cotidiano escolar, deste modo a prática pedagógica torna-se imprescindível. Por esse motivo a ação docente adéqua-se a realidade de seu aluno, que nas palavras de Giovanetti (2005, p. 247):

Ao reeducarmos o nosso olhar docente, à luz do legado da educação popular, poderemos superar a negatividade ainda tão presente em nossas abordagens sobre os alunos da EJA, ainda referidos por meio de uma visão marcada pela “carência”, o que acaba por reafirmar uma postura preconceituosa e estigmatizada (grifo do autor).

Essa reeducação diz respeito ao fazer pedagógico, anulando os pré-conceitos adquiridos e superando as dificuldades existentes em relação ao educando da EJA. A capacitação dos educadores de jovens e adultos necessita de ferramentas que possibilitem a construção de um processo de ensino-aprendizagem apropriado a estas pessoas que tem suas especificidades e que devem ser respeitadas.

É preciso avançar pela busca da qualidade da EJA, respeitando o aluno de acordo com sua realidade e sua história de vida e isso só será possível quando o educador tiver a sensibilidade de perceber que os conteúdos a serem aplicados e os conhecimentos prévios de seus alunos precisam articular-se ao processo de ensino-aprendizagem. Assim, segundo Pinto (2000, p. 83):

O educador tem de considerar o educando com um ser *pensante*. É um portador de ideias e um produtor de ideias, dotado freqüentemente de alta capacidade intelectual, que se revela espontaneamente em sua conversação, em sua crítica aos fatos, em sua literatura oral. O que ocorre é que em presença do erudito arrogante, “culto” (o “doutor”) o analfabeto se sente inferiorizado e seu comportamento se torna retraído. Mas se o educador possui uma consciência verdadeiramente crítica, que não pretende se sobrepor ao educando adulto, e sim se identifica com ele e utiliza um método adequado (em essência catártico), o analfabeto revela uma capacidade de apreensão e uma agudeza de vistas que o equiparam à média dos indivíduos de sua idade em melhores condições.

A consideração que precisa ser feita é de que o sujeito que frequenta a EJA busca uma formação que na maioria das vezes venha a oportunizar um retorno ao mercado de trabalho e quando estes se encontram em idade mais avançada querem aprender a ler e escrever para suprir necessidades de seu dia a dia, como por exemplo: ler a Bíblia ou uma bula de remédio. No caso de pessoas encarceradas, ainda é preciso considerar que na vida destas pessoas há a presença de crimes, de conflitos mais diversos com a lei e além das questões relacionadas ao trabalho ainda há o processo de ressocialização que precisa ser trabalhado. É um processo de reaprender a viver em sociedade, com novos valores e perspectivas. Neste contexto a educação se torna ainda mais relevante na vida dos educandos.

Ideia esta expressa nas “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 30).

Uma outra demanda a ser atendida pela EJA é a de pessoas idosas que buscam a escola para desenvolver ou ampliar seus conhecimentos, bem como têm interesse em outras oportunidades de convivência social e realização pessoal. São pessoas que apresentam uma temporalidade específica no processo de aprendizagem, o que as faz merecer atenção especial no processo educativo.

O estudante da EJA quando adulto traz um histórico de vida diferente dos alunos que estudam no ensino regular na idade adequada, ou seja, muitos deles vêm de áreas rurais pobres e quando se deparam com a área urbana trabalham em ocupações muitas das vezes não qualificadas. Desta forma Pinto (2000, p. 80) alega que:

O adulto é por conseguinte um trabalhador trabalhado. Por um lado, só subsiste se efetua trabalho, mas, por outro lado, só pode fazê-lo nas condições oferecidas pela sociedade onde se encontra, que determina as possibilidades e circunstâncias materiais, econômicas, culturais de seu trabalho, ou seja, que neste sentido trabalha sobre ele.

Entretanto, isso não quer dizer que o adulto é manipulado pela sociedade, ele é parte fundamental dela e seu retorno ao ensino significa uma retomada mais atuante no meio em que vive, isto quer dizer que “[...] essa vontade é uma soma de liberdades (de vontades livres) entre as quais se conta a do próprio trabalhador ativo, sobre o qual atua, de retorno, a vontade geral.” (PINTO, 2000, p. 80).

Encontram-se também os jovens que por algum motivo deixaram de concluir seu ensino na idade adequada e retornam por meio da EJA em busca da melhora pessoal e a aquisição do diploma na qual vai ajudá-lo no retorno ao mercado de trabalho. Como também pode ser observado nas “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 30):

Os jovens e adultos que procuram a EJA precisam da escolarização formal tanto por questões pessoais quanto pelas exigências do mundo do trabalho. A fim de resultados mais positivos, os horários de atendimento devem ser dinâmicos para que os educandos trabalhadores possam concluir seus estudos.

A sua inserção no mundo trabalho demonstra que o aluno da EJA precisa ser tratado de forma diferenciada de uma criança, sendo educado de acordo com seu desenvolvimento. Ao aluno do sistema penitenciário vai muito além da vontade de aprender ou desejar inserir-se no mercado de trabalho quando tiver em liberdade, pois como se sabe o aprendizado neste ambiente demanda uma força de vontade maior do que apenas obter o

ensino sistematizado ou a aquisição do diploma. A busca pelo ensino no sistema carcerário requer uma disposição do aluno que ao entrar e sair de uma sala de aula submete-se por vistorias que muitas das vezes desestimula a procura pelo aprendizado. Como demonstrado numa pesquisa realizada por Chilante, Scoaris e Carvalheiro (2009, p. 208) numa penitenciária masculina paranaense de regime fechado, para melhor retratar este aspecto: “O número de revistas a que são submetidos, muitas vezes desestimula o preso a sair de sua cela e ir para a escola ou para o trabalho.”

Para tanto é necessário perceber que as características que acompanham o aluno da EJA são diversas, sendo estes alunos adultos, jovens, pessoas com necessidades especiais, entre outros que por algum motivo estão na busca do ensino ou até mesmo continuidade do mesmo. Como esclarece as “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p.31):

Em síntese, o atendimento escolar a jovens, adultos e idosos não se refere somente a uma característica etária, mas à diversidade sociocultural de seu público, composto por populações do campo, em privação de liberdade, com necessidades educativas especiais, indígenas, remanescentes de quilombos, entre outros, que demandam uma educação que considere o tempo, os espaços e a sua cultura.

Nesta especificidade de ensino, o currículo tem fundamental importância na construção da formação dos educandos da EJA, isto encontrado nas “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006) consolidando-se através de três eixos, ou seja, os da cultura, trabalho e tempo, para realização da “ação pedagógico-curricular.”

A cultura tem seu valor por atender as especificidades de vida e histórico de seus alunos, nela estão explícitos quais características estão impressas na vida de cada indivíduo, como é sua relação na sociedade e como a mesma se constitui diante dos mesmos. Assim, o currículo da escola vai articular o conhecimento que o sujeito tem e sua formação na sociedade.

O trabalho neste sentido não se preocupa com a formação do aluno para atender ao mercado de trabalho e aos ideais do sistema capitalista, apesar de algumas pessoas procurarem esta modalidade de ensino para obtenção do certificado, como já foi mencionado anteriormente. Este trabalho surge com a intencionalidade de transformar o homem através de suas ações e relações pelas forças produtivas. Como afirma Vázquez (1977, p. 328):

Os homens não só desenvolvem as forças produtivas, como também eles próprios fazem parte delas; os homens igualmente, situam-se no centro das relações de produção, já que estas, sem dúvida, não passam de relações que eles contraem no processo de produção.

Isso significa que o homem através do trabalho consegue transformar o meio em que vive e sua vida, as relações sociais também terão influência desta ação humana, pois nada ocorre por acaso, há sempre uma intencionalidade.

Por fim, o tempo será disposto de acordo com cada instituição de ensino, ou espaço escolar, na qual tem necessidade de atender a “três dimensões o tempo físico, o tempo vivido e o tempo pedagógico.” como está exposto nas “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 33).

Estas dimensões estabelecem relações com o calendário escolar, com o tempo que o educador tem para suas atividades pedagógicas, como para com seus alunos nas experiências escolares e sociais e o momento em que a escola tem para a socialização do conhecimento. Desta forma, o currículo atende aos interesses tanto de professores quanto de alunos, priorizando o que cada um precisa para o desenvolvimento de seu ensinar e aprender.

Entretanto, no que tange ao ensino disposto no sistema prisional, o currículo necessita de uma característica própria, ou seja, a compreensão do contexto educacional e do sistema carcerário faz-se presente em todos os momentos do desenvolvimento do trabalho pedagógico e a educação não pode ser utilizada como um meio de suprir aos anseios dos órgãos competentes, que muitas das vezes utilizam-se da mesma para reintegrar esse indivíduo “temporariamente privado de sua liberdade” a sociedade, sem propor políticas públicas apropriadas para os mesmos. Conforme compara e preconiza Chilante, Scoaris e Carvalheiro (2009, p. 216):

Ao falar de educação prisional, falamos, no contexto brasileiro, da educação de jovens e de adultos, o que, diante da realidade educacional do nosso país, torna ainda mais difícil a sua concretização. Isso porque, a EJA sempre esteve à margem das políticas públicas para educação no país e, ainda, no interior do sistema prisional a EJA perde visibilidade, pela característica da população que ela atende: jovens e adultos marginalizados.

A avaliação é outro fator de suma importância no que diz respeito à EJA, quando bem empregada propõe uma transformação no aluno e no fazer pedagógico do professor, pois como se sabe a avaliação dependendo da circunstância que é utilizada pode apenas classificar e excluir o aluno do processo de ensino-aprendizagem.



A compreensão do processo avaliativo na EJA entende que a mesma “[...] é um meio e não um fim em si. É um processo contínuo, diagnóstico, dialético e deve ser tratada como integrante das relações de ensino-aprendizagem.” “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 42). Ou seja, este processo dialético traz ao educando que seu erro torna-se o meio para perceber as inúmeras possibilidades de formas de trabalhar o ensino, na qual o professor será o principal agente neste processo. Modificando a forma de reflexão do aluno, o professor abre seu fazer pedagógico para novas possibilidades, sem prender-se a uma única maneira de avaliação.

Assim, novamente recorremos ao que está escrito nas “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 42):

Nessa perspectiva, é necessário repensar os instrumentos de avaliação, reavaliá-los e ressignificá-los para que, de fato, possam atingir seus objetivos; ou seja, que tenham significado para o educando, que não exijam somente memorização ou conteúdo específico para uma prova, que sejam reflexivos, relacionais e compreensíveis.

Finalizamos com o intuito de esclarecer que qualquer modalidade de ensino, independente do espaço em que a mesma se encontra, requer um trabalho árduo e profissional. Esse termo “todos” é o fazer coletivo, democrático que muitas vezes não passa de um discurso ideológico no sentido marxista de falsear, camuflar a realidade (CHAUÍ, 2001).

Por isso, faz-se imprescindível finalizar esta reflexão reportando-se novamente as “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 43) quando expressa em seus escritos a avaliação e a educação desta forma:

Pautados no princípio da educação que valoriza a diversidade e reconhece as diferenças, o processo avaliativo como parte integrante da práxis pedagógica deve estar voltado para atender as necessidades dos educandos, considerando o seu perfil e a função social da EJA, isto é, o seu papel na formação da cidadania e na construção da autonomia.

A seguir segue o processo que a cidadania atravessou no decorrer dos tempos e sua influência na sociedade e educação. Cidadania esta, expressada em diversos momentos quando se retratou a construção do PPP, as instâncias colegiadas e a EJA, como meio de compreendermos qual a relação com os aspectos expostos até o presente momento.

#### 1.4 A BUSCA PELA CIDADANIA

Com o propósito de analisar e compreender a educação de jovens e adultos no sistema capitalista, nas relações sociais e a garantia do cidadão à educação, surge o intuito de aprofundamento do que é cidadania em seu contexto social, econômico, político e as diversas visões que se tem em relação à mesma.

A cidadania não pode ser rotulada como algo acabado com apenas uma visão e definição, ela está diretamente relacionada aos acontecimentos históricos e todas as mudanças que ocorreram em diversos cenários mundiais. “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço.” (PINSKY, 2003, p. 1).

Nos séculos V e IV a.C. na Grécia clássica, o cidadão tinha ligação com as primeiras ideias democráticas na qual todo indivíduo teria direitos e deveres a serem cumpridos com o governo, atuando nas assembleias de forma coletiva. Neste cenário originou-se “tradição da cidadania política, com uma cultura política onde a sociedade ideal é justa, e os indivíduos devem ser portadores de virtudes cívicas.” (GOHN, 2005, p. 19). Esta cidadania pertencia à área pública e privada sendo vista de modo contraditório, porque excluía alguns grupos desta realidade grega, entre eles: As mulheres, escravos e os estrangeiros, submetendo-os a mesma.

Na Roma houve uma separação entre o público e o privado, surgindo “um estatuto legal ao conceito de cidadania, baseado em direitos e deveres, definido os membros da comunidade política romana.” (GOHN, 2005, p. 19). Assim a cidadania legal corresponde à autoridade do público.

Com o Iluminismo surgem dois conceitos de cidadania embasados na sociedade civil. O primeiro que é a liberal com juízo de posse, mercado, propriedade e contratos e o segundo com uma visão democrática moderna “ênfatizando a cidadania em termos de direitos cívicos e políticos.” (GOHN, 2005, p. 20).

Os direitos civis irão aparecer com o Liberalismo que defende uma forma racional de organização social em que prevalece a vontade da maioria quanto a coisa pública. O Liberalismo traz uma nova maneira de ver a sociedade da época, de modo que o indivíduo burguês assume o poder, sem a interferência do Estado na economia e desse modo predomina a lei da procura e da oferta. “A concepção liberal trata os direitos como direitos contratuais

onde as relações sempre contemplam reciprocidades: a cada direito corresponde uma obrigação.” (GOHN, 2005, p. 22).

A educação escolar vista como geradora dos direitos sociais entra no panorama histórico, político e social com mais ênfase nos séculos XVIII e XIX, ensinando ao cidadão que sua vida e forma de pensar podiam ser modificadas através dos conteúdos adquiridos na escola. Porém, esta educação “percorre numa rua de mão dupla”, ou seja, ao mesmo tempo em que desmistifica o caráter religioso ela “adestra” o sujeito conforme seus propósitos.

O povo deveria ser instruído para se tornar ordeiro, obediente, livre de superstições religiosas e místicas, apto a cooperar para o bem comum. Aprender a ler, contar, ter rudimentos de geometria e de mecânica era preconizado como conteúdo básico deste processo educacional, com conotação moral, de disciplinamento para a convivência harmônica; uma cidadania passiva que criou um novo ator como responsável pelo processo: o Estado. Com isto desloca-se a questão da cidadania para a questão do poder. Os cidadãos eram outorgados pelo Estado numa sociedade onde havia cidadãos ativos e outros passivos, segundo suas propriedades. (GOHN, 2005, p. 23)

Neste período há os direitos e liberdades colocadas aos indivíduos, entre eles estão: “liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé. O direito à propriedade e de concluir contratos válidos, à segurança e o direito à justiça.” (CARVALHO, 2002, p. 55). Esta participação estendia-se ao caráter político, na qual havia uma participação tanto na atuação política quanto no poder de votação.

No século XX são apresentados os direitos sociais e econômicos, através dos movimentos operários e sindicais; isto significa tornar a pessoa participante e atuante na sociedade. Este é o reflexo do contexto liberal democrático, ou seja, abrir espaço para que o cidadão participe, dentro de uma democracia que se caracterizará como representativa de todas as esferas sociais, políticas e econômicas, na condição de produtor e, principalmente, consumidor. Que segundo Japiassú e Marcondes (1996, p. 65) “É aquela na qual o povo delega seus poderes a um parlamento eleito.”

Assim, a participação acontece de forma coletiva e individual, sendo que esta democracia só será plena quando o acesso e os direitos dos cidadãos forem garantidos concretamente.

Dentre estes direitos encontra-se a educação, que não significa somente “ter uma vaga”, mas ter também acesso ao saber escolar e aos códigos da modernidade<sup>1</sup>.

É importante ressaltar como o direito à cidadania está intimamente ligado à democracia e a todos os fatores que dela fazem parte, como por exemplo, o acesso à educação, citado anteriormente. Fator este primordial no desenvolvimento da cidadania plena do ser humano.

Cidadania, então, é a síntese das conquistas dos direitos obtidos pelos seres humanos; é a igualdade, perante a lei, de todos os homens, independentemente de raça, cor, sexo, religião e nacionalidade. O ser humano tem conhecido uma evolução dos direitos neste século: trabalhadores conseguiram proteção legal, leis racistas foram extirpadas, mulheres ganharam o direito de voto. O conceito de cidadania hoje está também ligado à promoção de ações que garantam igualdade de oportunidades, assegurando a todos educação, saúde e nutrição (CARVALHO, 2002, p. 59).

Vivemos numa cidadania liberal e os direitos básicos do cidadão ainda não alcançaram uma perspectiva de garantia mundial, até mesmo porque, há uma diversidade que abrange os diversos aspectos: culturais, sociais, políticos, étnicos, religiosos, entre outros.

Apesar dos desejos e propósitos expressos nos diversos documentos que tratam a respeito da cidadania do indivíduo, esta garantia de igualdade e liberdade é apenas um esboço do que pode e deve ser feito pelo cidadão.

Considerando nossas discussões até o momento e aos direitos básicos do cidadão num contexto liberal, seguiremos a proposta discutindo as seguintes questões: Quem é o cidadão numa condição prisional? Como ficam seus direitos? E seus deveres com o Estado?

---

<sup>1</sup> Os Códigos da Modernidade são segundo o educador colombiano Bernardo Toro (2009), as capacidades e competências mínimas para a participação produtiva no século XXI, na qual significam: “O domínio da leitura e da escrita; capacidade de fazer cálculos e resolução de problemas; capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações; capacidade de compreender e atuar em seu entorno social; receber criticamente os meios de comunicação; capacidade para localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada; capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo.”

## 1.5 O CIDADÃO EM SITUAÇÃO PRISIONAL E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Há um consenso entre a maioria das pessoas que a educação dita escolar, aquela que acontece dentro das instituições de ensino é de direito do cidadão dito comum e quando a mesma ocorre no exterior destes espaços é algo que intriga ou “chama atenção”. Artigos importantes como da Declaração dos Direitos Humanos traz as seguintes ideias:

Artigo 1- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir uns para com os outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2- 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 6- Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008).

Comprova-se assim a opinião de que todo indivíduo privado do direito de ir e vir pensa e tem seus direitos garantidos, mesmo quando não pode exercê-los de maneira livre. Esta liberdade não está apenas no fato de transitar a qualquer hora, ou no lugar que deseja, a mesma vem do interior, de sua atitude e da sua escolha de vida.

Em se tratando da educação, a Constituição Federal de 1988 evidencia essa necessidade de garantia para todas as pessoas, como está descrito em seus Artigos 205 e 208:

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

No caso do cidadão em situação prisional o ensino no primeiro momento é uma forma de ocupação de seu tempo, mas a mesma pode servir também para transformação de sua condição humana, pessoal e social. A educação vai além de apenas transmitir os

saberes sistematizados, a mesma é essencial para uma construção de cidadania voltada para a consciência crítica do ser humano. Senão pensarmos desta forma de que vale lutar tanto pela melhoria de todo o sistema educacional, em todos seus aspectos principalmente na formação do saber social, político e cultural das pessoas?

O Estado tem fundamental responsabilidade na formação dos sujeitos, proporcionando livre acesso e qualificando os profissionais da educação de forma adequada, entendendo que a escola não é apenas seu aparelho ideológico, como descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

A educação é um direito subjetivo e inalienável, mesmo encarcerado, o cidadão não perde o direito à educação, uma vez que o processo formativo é constante, está na ontologia humana. Quando formalizada, a educação assume caráter pedagógico, ou seja, guia-se por finalidades, assume uma maneira de projeto que antes de ser sistematizado na escola, está disseminado na própria sociedade.

Para esclarecer e viabilizar suas finalidades pedagógicas, a instituição educativa, e no caso específico a escola, busca junto à comunidade que a constitui, construir seu PPP que segundo Baffi (2008, p. 3) “Falar da construção do projeto pedagógico é falar de planejamento no contexto de um processo participativo, onde o passo inicial é a elaboração do marco referencial, sendo este a luz que deverá iluminar o fazer das demais etapas.”

Concluindo esta parte do trabalho, podemos dizer que a educação está envolvida nos diversos aspectos educacionais que a transformam, como os citados no decorrer deste primeiro capítulo. Com isso, partiremos para nosso objeto de estudo que é a proposta pedagógico-curricular de uma instituição de ensino situada numa unidade prisional e as entrevistas ali coletadas.



## CAPÍTULO 2

“É tranquilo, os professores que estão lá dentro não tenho o que reclamar, todos os professores sempre arrumavam um livro. Então eu sou sincero eu cheguei no sistema eu tinha a 5ª série, eu não tinha nem fundamental não tinha nada, tudo o que eu aprendi, tudo o que eu estou fazendo na faculdade foi a escola que me deu.” (Aluno detento)

**CAPÍTULO 2**  
**DESVENDANDO OS MUROS DA BLINDAGEM**  
**ANÁLISE DA PROPOSTA PEDAGÓGICO-CURRICULAR DE UMA ESCOLA**  
**SITUADA NUMA UNIDADE PRISIONAL**

Neste capítulo pretendemos analisar a Proposta pedagógico-curricular (PPC)<sup>2</sup> e a organização do trabalho pedagógico que a concretiza. Esta proposta é de uma escola situada numa unidade prisional, considerando a organização do trabalho pedagógico, as concepções de homem, mundo, sociedade e educação do encarcerado.

Para tanto, optamos por uma pesquisa de caráter qualitativo, básico e exploratório.

Com a preocupação de explorar mais a fundo o tema proposto pelo trabalho, a pesquisa qualitativa possibilita uma visão mais abrangente sobre o PPC da instituição relacionado com as falas de nossas entrevistadas. Utilizamos a entrevista aberta, com um roteiro pré-estabelecido, que como afirma Demo (2000, p. 154):

[...] é preferível tipo de entrevista aberta, orientada por roteiro comum, na qual o entrevistador não só pergunta e observa, mas também participa ativamente, pelo menos no sentido de testar as respostas, cavar mais fundo, revolver as entranhas, sentir a subjetividade, fazer aparecer a emoção.

Para finalizar a nossa pesquisa, optamos também pelo caráter exploratório, que correspondeu ao acréscimo do documento da instituição, com as entrevistas realizadas em nosso trabalho. Esta investigação exploratória nos auxiliou na melhor compreensão do tema tratado, que na visão de Gil (1999, p. 43): “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.”

Em termos de modalidade fizemos uma pesquisa de campo em que foi empregada a entrevista como instrumento de coleta de dados e a análise documental da PPC, da escola situada em uma unidade prisional que foi campo de nossa pesquisa.

---

<sup>2</sup> Segundo Gadotti (2000) há várias denominações para o Projeto Político-pedagógico, depende da concepção que cada rede ou instituição tem. Em nosso caso, neste capítulo utilizaremos a denominação constante nos documentos da escola investigada.



## 2.1 CARACTERIZANDO O CAMPO DA PESQUISA

O CEEBJA P.M.M<sup>3</sup> funciona desde 2007 num centro de detenção localizado no Município de Londrina – PR. Com um quadro de vinte professores, três pedagogos, direção e secretária, entre o Ensino Fundamental e Médio. Contando com duas escolas, localizadas no “coração da cadeia”. Com horário de funcionamento no período da manhã das 8:00 às 10:50 e no vespertino das 13:30 às 16:50.

A escola tem cerca de 160 alunos que cursam o Ensino Fundamental e Médio. Atendendo apenas homens com idade diversificada, em sua maior parte estudando de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série e o número menor de ensino médio e intermediário de fase 1.

Em termos de estrutura, a escola conta com duas salas de aula, uma secretaria, um laboratório de informática, uma quadra poliesportiva e uma biblioteca itinerante. Em função da segurança, não é possível que os encarcerados se locomovam para vários espaços. Por isso, os livros são levados até eles nas celas ou nas próprias salas de aula.

## 2.2 A COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados em duas etapas. Numa primeira etapa, por não termos muita clareza do objeto de estudo, na qual a PPC apresentava singularidades no que tange a sua condição de pertencer a uma escola situada em uma unidade prisional, fizemos uma entrevista inicial com a diretora da escola (Apêndice A). Esta entrevista teve como objetivo um conhecimento inicial do campo de pesquisa, e também possibilitou um recorte mais preciso do objeto.

Num segundo momento, já com um caminho de exploração teórica já percorrido, fizemos outra entrevista com a pedagoga da escola (Apêndice B), com a diretora direcionando nosso olhar ao projeto político-pedagógico, mais precisamente à organização do trabalho pedagógico. Durante a entrevista da pedagoga, a mesma chamou um detento que é estudante de nível superior e o mesmo respondeu rapidamente a algumas perguntas. Mesmo não estando em nossa programação inicial também utilizaremos as informações concedidas

---

<sup>3</sup> Utilizaremos a sigla PMM para identificar a escola, justificado por questões de segurança, não mencionaremos o nome da instituição.

por este detento estudante, uma vez que as mesmas alargam a visão sobre o impacto social do trabalho que a escola desenvolve.

Além das entrevistas, fizemos também a análise do documento de registro da PPC da escola (Anexo A), dentro de uma perspectiva crítica.

As entrevistas foram coletadas na recepção da escola, dentro do que os agentes carcerários da unidade prisional denominam “blindagem”. As entrevistas foram agendadas com bastante antecedência e realizadas a primeira no mês de setembro de 2008 e a segunda no mês de março deste ano. Por questões de segurança, nossa e dos trabalhadores da própria escola, não nos foi permitido conhecer o interior da escola, pois a mesma, segundo a pedagoga está no coração do presídio, sendo necessário atravessar muitas dependências até chegar à escola.

Durante as entrevistas observamos muitas pessoas de entidades religiosas e filantrópicas entrando na unidade prisional, segundo a pedagoga, para realizar trabalhos formativos diversos. O que já nos permite uma primeira análise de que há uma preocupação de vários setores sociais com a ressocialização dos encarcerados, não no sentido de moldá-los, mas no sentido de garantir-lhes o direito à educação que é constitucional. Segundo Silva e Inocêncio (2005, p. 43):

A educação e trabalho para os detentos porém não podem ser vistos como uma benemerência. Não se trata portanto, de exercício de filantropia por parte de alguns ou concessões do Estado, pois são direitos previstos em lei, carecendo tão somente de exigir-se sua implementação ou observância.

Tínhamos a intenção de entrevistar alguns docentes, mas não foi permitido também por razões de segurança. Optamos então, em utilizar questionários que foram deixados com a pedagoga para serem posteriormente coletados. Infelizmente, não tivemos retorno, apesar de grande insistência de nossa parte.

Com os dados disponíveis procedemos nossa análise crítica.

### 2.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para esta análise optamos por iniciarmos com o documento registro da PPC, uma vez que as entrevistas tratam da organização do trabalho na escola, ou seja, a partir da proposta. Segundo Saviani (1988), uma vez estabelecidos os fins da educação e da prática

pedagógica (estes expressos na proposta da escola), parte-se para a organização dos meios. É nesta lógica é que pautamos nossa opção.

A proposta foi realimentada pela última vez no início de 2009, mais precisamente no mês de março.

O documento de registro da proposta da escola P.M.M inicia com a concepção de educação afirmando-a como:

[...] um direito do ser humano, no qual está instrínseco o desejo de querer ‘ser mais’, e isto o difere dos outros seres vivos, pois busca superar sua condição de existência no mundo. Para tanto, convive em sociedade, está ativa e permanentemente presente no mundo, mudando-o, fazendo história, transformando a natureza e se utilizando a natureza e o trabalho para suprir necessidades (PROPOSTA..., 2008, p.187)

Esta concepção deixa clara uma opção por uma visão de educação dentro da concepção materialista histórico-dialética. Nesta concepção o homem é tomado como sujeito de sua história, que modifica a natureza e a si mesmo pelo processo de trabalho. Segundo Saviani (1992, p.19) “Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho.”

Focaremos nossa análise no documento registro da PPC e em outros documentos fornecidos pela escola que demonstram a materialização da mesma, tais como: o “Guia de Estudos” e para descrever a realidade da escola utilizaremos um documento intitulado “Metodologia de Trabalho – divisão de segurança e disciplina – DISED.”

### 2.3.1 A Rotina dos Presidiários

No intuito de esclarecer a importância da escola no contexto da prisão, iniciaremos por descrever resumidamente a rotina dos encarcerados. Segundo o documento produzido no “Seminário Nacional pela Educação nas Prisões” (BRASIL, 2005, p. 7), é importante que os currículos e suas respectivas análises “considerem o tempo e o espaço dos sujeitos da EJA inseridos nesse contexto e que enfrente os desafios que ele propõe em termos de sua reintegração social.”

A unidade prisional encontra-se com capacidade atual de 904 presos, na qual estão 460 destes matriculados na escola e 230 estudando. No dado fornecido pela instituição no período de até 04 de maio deste ano, há 254 presos trabalhando, sendo: 85 na faxina, 95 na Fujiwara e 44 Cadeiras. Ressaltamos que a unidade tem uma capacidade para 860 presos, com 144 celas coletivas para 6 presos, 96 celas individuais, 12 solários, 05 salas de aula, 06 oficinas, 12 quartos para visita íntima, consultórios médicos e odontológicos e enfermaria.

O interno passa por uma Revista de Inspeção Geral de modo que são catalogados seus pertences e realizados demais procedimentos, como as normas que deverão ser cumpridas pelo mesmo, estas repassadas de forma oral e entregue num documento escrito. Esse interno tem cadastro e identificação, seu deslocamento pelos corredores deve ser de forma ordenada e adequada; o período de triagem serve para melhor conhecê-lo depois de ser alojado em uma das galerias da unidade; o trabalho tem horários específicos com identificação própria; a limpeza e conservação dos cubículos são de responsabilidade dos internos, tendo direito o material de higiene e sendo cobrada pelos agentes penitenciários; o setor de isolamento é para quem cometeu ou está sendo acusado de alguma sanção; a concessão de favores vai depender da boa conduta carcerária do preso, sendo recompensado com o uso de televisão e rádio; a entrada de encomendas e visitas passa por uma inspeção; o dinheiro que entra e sai da unidade é de responsabilidade família, depositado numa conta poupança para que seja retirado por alguém autorizado, ou podendo ser retirado pelo preso quando sai em livramento condicional ou alvará de soltura.

Em síntese, o encarcerado a partir do momento em que entra na instituição prisional deve seguir normas e procedimentos colocados pela Divisão de Segurança e Disciplina - DISED, pela sua Metodologia de Trabalho. Regras estas que são para o melhor andamento do trabalho da instituição e segurança para todos que ali se encontram, na qual a educação neste contexto adéqua para o desenvolvimento de seu fazer pedagógico.

A seguir entenderemos melhor a educação e qual o papel do sujeito encarcerado no contexto prisional, inseridos nestas normas e regras pré-estabelecidas, diante da PPC que nos foi cedida para análise de nossa pesquisa.

### 2.3.2 A Proposta Pedagógico Curricular da Escola

A escola nos forneceu apenas um fragmento da PPC. Neste fragmento constavam os ideais de homem, sociedade, educação, escola, perfil do educando e da organização geral do trabalho pedagógico. Apesar da não-integralidade do documento, o fragmento nos permitiu analisar os objetivos da instituição. As entrevistas colaboraram para maiores esclarecimentos e delas, trataremos na seqüência.

A escola trabalha com um público de jovens e adultos e defende a educação como forma de transformação, assim:

A Educação de Jovens e Adultos se propõe a resgatar junto aos jovens, adultos e idosos, parcela da população que se viu excluída e privada deste processo formal da educação, ou por não ter condições de estudar na idade adequada ou por abandonar os estudos, por motivos diversos, vivendo à margem da sociedade em função de problemas de conjuntura econômica e social, o direito de acesso ao conhecimento elaborado, a cultura geral, aos instrumentos educativos necessários à sua formação/ transformação humana. (PROPOSTA..., 2008, p. 187)

Neste sentido a escola resgata o direito de todo cidadão à educação, não como um direito civil, mas como um direito humano que, por alguma razão, foi impedida de ter acesso. Tal posição é reforçada por Vázquez (1977, p. 328), quando afirma que o homem é o sujeito de sua história, ou nas palavras do autor: “os homens são sujeitos de toda atividade, tanto econômica e social como ideal.” Mas para transformar, o homem precisa de instrumentos tanto teóricos como práticos e cabe à educação fornecer os instrumentos teóricos que no caso são os conteúdos escolares. Assim, o texto da proposta acrescenta:

Esta construção curricular, para atender os alunos desta escola, perpassa pelos eixos; cultura, trabalho e tempo, e objetiva levar o educando a perceber-se sujeito na construção do conhecimento mediante a compreensão dos processos de trabalho, de criação, de produção e da cultura, confirmando saberes adquiridos para além da educação escolar, na própria vida, apropriando-se dos conhecimentos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania, de forma a ressignificar suas experiências socioculturais (PROPOSTA..., 2008, p. 188).

Os eixos da cultura, trabalho e tempo são os articuladores da ação pedagógico-curricular, preocupando-se na formação humana e sua inserção na sociedade, na

qual a escola será a responsável pela aplicação deste currículo. Como se encontra nas “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 34):

Entendido como seleção da cultura, processo ordenador da socialização do conhecimento que engloba toda ação pedagógica, o currículo é o principal elemento de mediação da prática dos educadores e educandos. Por isso, a organização dos espaços, dos tempos escolares e da ação pedagógica deve ser objeto de reflexão entre os educadores e educandos para que o currículo seja significativo.

Ao analisar esse contexto, concluímos que a escola defende um ideal de ser humano transformador inserido numa sociedade de classes, porém capaz de desvelar as contradições presentes em sua realidade social. Para formar este homem a escola pesquisada traz em seu currículo um desafio compreendido por todos que ali atuam, pois a mesma encontra-se numa unidade prisional.

O documento traz ainda a intencionalidade de educação para formação do indivíduo perante a sociedade, no sentido que o mesmo tem o direito ao conhecimento sistematizado relacionado aos saberes socialmente produzidos pela humanidade, voltados também para o trabalho.

Como podemos observar:

A Educação numa Unidade Penal, assume papel de extrema relevância. É por meio dela que o ser humano consegue emancipar-se, ter acesso ao conhecimento socialmente produzido, expressar sua opinião confrontando-a com a dos colegas e com a do professor, elevar sua auto-estima, recuperar e aprimorar sua cidadania, valorizando a democracia e o respeito aos seus direitos e seus deveres, além de oportunizar ao educando o início e/ou conclusão de sua formação escolar básica, bem como a possibilidade do acesso à continuidade dos estudos em nível superior, como temos casos comprovados nesta Unidade Penal (PROPOSTA..., 2008, p. 188).

E continua:

Neste local, o acesso ao conhecimento produzido permite ainda, aos sujeitos da EJA, a oportunidade de incorporarem-se ao mundo do trabalho com melhores condições de desempenho e participação na sociedade, pois esta Proposta Pedagógica - Curricular vai além das grades (PROPOSTA..., 2008, p. 188).

Estas propostas encontradas no documento da escola revelam a formação voltada para a liberdade interior do indivíduo, na qual a educação proporcionada naquele local transpõe os muros da instituição, revelando a educação como fator formativo dos saberes

escolares e como continuidade para o mundo do trabalho, quando este sujeito se encontrar em liberdade. Fatos estes localizados nas “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 35):

Nesse contexto, compreender que o educando da EJA se relaciona com o mundo do trabalho e que por meio dele busca melhorar sua qualidade de vida e ter acesso aos bens produzidos pela humanidade significa contemplar, na organização curricular, discussões relevantes sobre a função do trabalho e suas relações com a produção de saberes.

Esse enfoque remete à educação na prisão como alento para as necessidades dos indivíduos que dela participam, como o trabalho já discutido anteriormente e a formação humana inserida no trabalho educativo. Segundo Saviani (1992, p. 21) “Conseqüentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.”

Ao situar o currículo e o trabalho neste contexto, percebemos que o objetivo da escola é desenvolver um trabalho voltado para a mudança do aluno numa perspectiva de sociedade igualitária, sempre buscando a ressocialização do mesmo com direitos e deveres a serem cumpridos e seguidos. Ressocialização esta que segundo Silva e Inocêncio (2005, p. 25):

Parece, portanto que falar em ressocialização, em reeducação, em reinserção, para uma maioria de não-socializados, não-educados, não-inseridos, ou melhor, uma maioria, frutos da exclusão social, da desigualdade social gritante que reina no Brasil, no mínimo carece de uma melhor análise. Trata-se mais de oferecer-se pela vez primeira, oportunidades de educação, socialização e inserção social. É necessário, dessa forma, que se entenda o processo de inclusão e (re) inserção social dos presidiários como um conjunto de atributos, ações, oferecimento de oportunidades, que permitam com que o preso possa efetivamente fazer parte da sociedade, ser útil a si mesmo e à sua família.

Do ponto de vista crítico, é impossível visualizar toda dinâmica do trabalho educativo do CEEBJA P.M.M sem ressaltar que o mesmo só é possível porque os órgãos responsáveis se prontificam de alguma forma em efetivar a manutenção e cumprimento dos direitos e deveres garantidos em lei para os apenados.

No entanto, são diversas contrariedades encontradas mesmo diante desta intencionalidade, ou seja, o trabalho educativo desenvolvido na escola “sofre” por determinações e normas impostas que por consequência impedem o melhor desenvolvimento

do trabalho educativo, como por exemplo, o controle constante do sistema em todo o processo educativo.

Do mesmo modo, o perfil do educando se faz presente nesta discussão, caracterizando qual o tipo de sujeito se encontra no âmbito prisional, poderemos entender o porquê da necessidade de proporcionar uma educação voltada para a real necessidade do mesmo. O CEEBJA P.M.M, tem como perfil alunos provenientes de áreas rurais, de famílias numerosas, como também vindos das áreas urbanas e suburbanas e com várias dificuldades. Preocupados com o perfil de seus alunos, esta instituição realiza sua ação pedagógica pensando na singularidade de cada indivíduo proporcionando sua reinserção na sociedade juntamente com os estudos. Como está na PPC (2008, 190) da escola:

[...] está direcionada a um ensino que respeita a individualidade dos alunos, os conhecimentos adquiridos nas práticas sociais, o tempo que cada um necessita para transformar as informações recebidas em conhecimentos e proporcionar a estes alunos, que se encontram privados da liberdade, condições de sentirem-se participantes da sociedade para qual retornarão após o cumprimento de suas penas bem como a possibilidade da continuidade dos seus estudos.

Nesta perspectiva, o aluno precisa não ter apenas o acesso ao ensino, mas sua permanência e qualidade são pontos relevantes a serem considerados na formação educativa e pessoal. O ensino individualizado possibilita um melhor acompanhamento do rendimento de cada aluno, mostrando que seus saberes são aproveitados para sala de aula e que fora dos muros da unidade prisional há um mundo repleto de situações que o ensino vai ajudá-lo a enfrentar. Nesta linha, as “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 28) defende que:

O educando da EJA torna-se sujeito na construção do conhecimento mediante a compreensão dos processos de trabalho, de criação, de produção e de cultura. Portanto, passa a se reconhecer como sujeito do processo e a confirmar saberes adquiridos para além da educação escolar, na própria vida. Trata-se de uma consistente comprovação de que esta modalidade de ensino pode permitir a construção e a apropriação de conhecimentos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania, de modo que o educando ressignifique suas experiências socioculturais.

É conveniente destacar que a caracterização do curso apresenta aos educandos do CEEBJA P.M.M o Guia de Estudos elaborado pelo próprio estabelecimento de ensino, na qual podem ser encontradas todas as informações necessárias para



acompanhamento nos estudos e nas atividades a serem desenvolvidas por cada professor e disciplina, na qual discutiremos mais adiante na fala de nossa entrevistada, a pedagoga da escola.

Continuando o relato sobre a caracterização do curso, a escola oferece uma organização coletiva e individual para seus alunos. No primeiro aspecto é apresentada a seguinte ideia “A organização coletiva destina-se, preferencialmente, àqueles que têm possibilidade de freqüentar com regularidade as aulas, a partir de um cronograma pré-estabelecido” (PROPOSTA..., 2008, p. 192).

No segundo aspecto podemos verificar o seguinte:

A organização individual destina-se àqueles educandos trabalhadores que não têm possibilidade de freqüentar com regularidade as aulas, devido às condições de horários alternados de trabalho e para os que foram matriculados mediante classificação, aproveitamento de estudos ou que foram reclassificados ou desistentes quando não há, no momento em que sua matrícula é reativada, turma organizada coletivamente para a sua inserção (PROPOSTA..., 2008, p. 192).

Em ambos os casos a educação visa o atendimento de acordo com a necessidade de cada aluno, sendo coletivamente ou individualmente, adequando-se aos horários dos estudantes diante de uma organização escolar voltada para a continuidade dos estudos, respeitando o que traz a legislação vigente. Esta mesma instituição oferta o Ensino Fundamental – Fase I e Fase – II, Ensino Médio e a Educação Especial, sempre buscando envolver o aprendizado de cada aluno com os saberes escolares.

A PPC da instituição ressalta também a importância do conselho escolar num ponto de vista democrático. O próprio documento faz algumas constatações a respeito deste assunto, considerando-as pertinentes:

É representativo da comunidade escolar, responsável pela efetivação de uma gestão democrática na escola, tendo como principal atribuição aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico da Escola, eixo norteador de toda ação escolar, cujo objetivo principal é garantir o acesso e a permanência na escola, a qualidade do ensino ofertado aos alunos, garantindo assim, a aprendizagem dos educandos (PROPOSTA..., 2008, p. 194).

Assim como a PPC da escola, o conselho escolar também se preocupa com o trabalho coletivo que precisa ser desenvolvido por todos os agentes que fazem parte desta instituição de ensino, ressaltando que os alunos não participam do conselho escolar pela

condição na qual se encontram. A escola na sua PPC demonstra uma preocupação com o conselho escolar ao envolvimento nas ações educativas, desde o caráter pedagógico até o desenvolvimento administrativo e financeiro, o que parece a primeira vista mais um controle das ações escolares do que uma efetivação do trabalho coletivo.

Entretanto, na unidade prisional é importante ressaltar que todas as decisões ali tomadas sempre buscam a integridade e a segurança de todos que dela fazem parte. Mesmo considerando a justificativa da segurança, ainda assim, apresenta-se contraditório um conselho escolar em que os maiores interessados não podem participar. Torna-se ainda mais contraditório quando consideramos que há presos estudantes que têm o direito de deixar regularmente a instituição para fazerem seus cursos superiores e não têm o direito de participarem de um órgão com funcionamento interno, como é o caso do conselho escolar.

Veiga (2001b, p.116) diz o seguinte:

O Conselho Escolar deverá, portanto, favorecer a aproximação dos centros de decisão dos atores. Isso facilita a comunicação, pois, rompendo também horizontal. Sob essa ótica, o Conselho possibilita a delegação de responsabilidades e o envolvimento de diversos participantes. É um gerador de descentralização. E, como órgão máximo de decisão no interior da escola, procura defender uma nova visão de trabalho.

Esta nova visão de trabalho traz o envolvimento real das necessidades dos alunos, professores e todos os representantes do conselho escolar, oportunizando situações que superem as dificuldades encontradas e venham a enfrentá-las.

Numa perspectiva global, o documento procura associar os princípios da EJA, a organização imposta pelo Estado para unidades escolares voltadas à modalidade e a condição da escola de se voltar ao atendimento de pessoas encarceradas. Em alguns momentos o documento apresenta uma simples aglutinação de ideias oriundas das três condições, em outros busca ser mais específico e em outros se apresenta alienado desta realidade, como é o caso do Conselho Escolar. Consideramos necessário que o Estado, no contexto da Secretaria de Estado de Educação deveria construir junto com os profissionais que atuam nestas instituições uma proposta com orientações específicas para as unidades localizadas no interior de prisões, o que traria uma visão mais próxima da realidade.

Na sequência apresentaremos a entrevista da diretora da escola para melhor compreender o trabalho educativo desenvolvido na escola P.M.M.

### 2.2.3 A Entrevista com a Diretora

Iniciaremos com a entrevista concedida pela diretora da escola, aqui tratada como R. Esta entrevista teve um caráter de exploração do campo investigado, uma vez que neste momento nosso intuito era conhecê-lo no que tange ao seu funcionamento, a suas similaridades e diferenças com o ensino regular, em sua especificidade por se tratar de uma escola em contexto prisional. Esta entrevista foi coletada no horário de trabalho da diretora, na qual foi no interior da blindagem da instituição, com funcionários e pessoas circulando a todo o momento.

A entrevistada R. inicia sua fala caracterizando o funcionamento da escola dentro da legalidade no que diz respeito ao funcionamento da EJA e o início da educação oferecida neste espaço pesquisado. Vale ressaltar, que o CEEBJA P.M.M, obteve seu funcionamento a partir do ano de 2007, respeitando os mecanismos legais para o atendimento de seus alunos e profissionais que ali trabalham.

Em decorrência disso, há uma preocupação em levar o aluno a manter-se na escola quando em posterior liberdade. Diante dessa situação, o questionamento que nos pareceu pertinente, foi o principal fator que leva o aluno a procurar o ensino na unidade prisional e obtivemos a seguinte resposta:

*Para não ficar na cela, segundo por causa do certificado. Mas depois que eles vão para a escola eles mudam esta relação, porque o professor incentiva eles ao hábito do estudo, para que eles ocupem a mente com um crescimento, para não sair daqui a mesma coisa que entrou. O nosso principal objetivo é reintegrá-lo a sociedade. Um dos principais fatores que vai ajudá-lo a reintegrá-lo na sociedade é o estudo. Até mesmo porque quando ele sair daqui ele vai precisar do estudo, pois a maioria dos empregos exige o ensino médio, mas isso não é garantia de nada, ele vai ter mais possibilidades se ele fizer assim (ENTREVISTADA R.)*

Não podemos negar a importância que a educação tem para a formação de qualquer indivíduo independente de sua situação e quando a mesma é proporcionada com intencionalidade, torna-se capaz de modificar as ações e práticas dos envolvidos diante das relações sociais, juntamente com o coletivo. Para Libâneo (1998, p.70-71):

Numa visão crítica, a superação da antinomia entre vida e ideal não pode se dar no âmbito apenas da individualidade, pois tanto a esfera do individual quanto a esfera do ambiente acham-se vinculadas a condições concretas de vida material e social. O processo educativo, por conseqüência, é um fenômeno social, enraizado nas contradições, nas lutas sociais, de modo que é no embate da práxis social que vai se configurando o ideal de formação humana. Isso significa que a tarefa de reflexão pedagógica é a de superar a antinomia entre fins individuais e fins sociais da educação. Esta é a ideia-chave de outra das concepções clássicas de educação, a concepção histórico-social, desenvolvida dentro da tradição socialista-marxista.

Creemos que, assim como sugere Libâneo (1998) a educação no CEEBJA P.M.M, também atende os seus alunos para a inserção na sociedade, procurando superar as contradições encontradas, considerando-se o processo de libertação humana por meio da educação sistematizada num contexto de prisão, buscando o desenvolvimento da individualidade juntamente com a coletividade para reintegrá-lo à sociedade. Porém, esta reintegração deve ser revista no que diz respeito ao que tem sido feito efetivamente, até mesmo porque não é apenas a condição física e material que precisa ser ofertada, mas a reconstrução e anulação de pré-conceitos estabelecidos que mais dificultam do que favorecem esse retorno do cidadão encarcerado a sociedade.

Para Silva e Inocêncio (2005, p.43):

Além do fato de que estar condenado e encarcerado, independentemente do tempo já serve de estigma, a verdadeira reinserção só será possível se o sistema prisional oferecer educação de qualidade, voltada para a vida e trabalho digno e adaptado ao mercado ao qual se integrará, além do acompanhamento ao egresso.

Essa educação de qualidade é notada dentro da escola P.M.M, pois além de buscar reintegrar o indivíduo a sociedade, o trabalho educativo desenvolvido procura oferecer os mecanismos de continuidade dos estudos destes alunos, como o ENEM e o PROUNI. Alguns alunos da escola P.M.M já estão conseguindo estudar em faculdades por terem o semiaberto ou já estarem em liberdade, alunos estes que participam de concursos que envolvem a educação, sendo até ganhadores de alguns. Como observamos na fala de nossa entrevistada:

*Um aluno nosso ganhou um concurso de redação, tirou em primeiro lugar, ele concorreu com alunos da rede pública. Os alunos não sabem quem é o ganhador, porque são numeradas as redações. E o rapaz ficou admirado pelo ganhador ser da prisão, ele ganhou um laptop e a escola ganhou um computador (ENTREVISTADA R.).*

O sentido da premiação para essa diretora não tem o valor material e sim estimular o aprendizado aos que podem e tem o mesmo direito de estudar, é uma continuidade no trabalho proposto pela equipe pedagógica. Para a nossa entrevistada a educação na unidade prisional demanda um trabalho árduo, comprometido com o ser humano.

Outro ponto que merece destaque na fala da entrevistada R é o empenho da escola em procurar documentação para que os alunos possam participar do ENEM e do PROUNI, pois muitos detentos quando chegam à unidade prisional não pensam em estudar, tal desejo acaba surgindo por conta do próprio contexto e na busca de uma nova oportunidade. Como toda escola inserida no sistema oficial de ensino esta também exige documentos que comprovam escolarização anterior e, às vezes, a equipe pedagógica traça uma verdadeira “caçada” junto aos familiares para conseguir esta documentação e garantir que os alunos possam participar dos referidos programas ofertados pelo governo.

Essa breve, porém necessária contribuição de nossa entrevistada nos apresenta a melhor compreensão e delimitação do nosso objeto de estudo e pesquisa. A sua fala nos trouxe qual a intencionalidade do trabalho proposto na escola P.M.M e qual tipo de cidadão espera-se alcançar com a educação desenvolvida com as condições físicas e materiais que ali se encontram, com seus alunos e equipe pedagógica.

Sobre esta prática se pronuncia a Entrevistada R.

*O ensino hoje é diferente daquele que eles tiveram no passado, hoje o ensino está diferente, ele está mais atrativo. Nós recebemos aqueles televisores multimídia, aquela com o pen drive. Os professores têm gravado nos sites da internet, coisas bem interessantes sobre, por exemplo: Esses dias a professora trabalhou figuras de linguagem, nós trabalhamos com texto e produção de texto.*

Alertando para as modificações do ensino, como as tecnologias, a adequação do professor na utilização destes equipamentos para trabalhar em sala de aula torna-se imprescindível na prática docente e nossa entrevistada deixa em evidência esta ideia em sua fala. Neste entendimento, destaca-se o posicionamento de Kuenzer (1998, p. 4):

Para esta nova concepção de educação, a relação onde o professor era o ator principal em uma cena de monólogo deverá ser substituída por uma relação onde o professor, certamente bem qualificado, organize situações de aprendizagem onde exerça o papel de cúmplice, no estabelecimento de mediações entre o aluno e o conhecimento.

Por fim, concluímos esta parte da análise da entrevista com a diretora, levantando a formação do educador na atualidade, sua especificidade e relação com o aprendizado do aluno. Com isso, seguimos adiante com a análise da entrevista da pedagoga, aprofundando as reflexões discutidas até o presente momento.

#### 2.2.4 A Entrevista com a Professora Pedagoga

A segunda entrevista foi com a Professora Pedagoga, que denominaremos de J. Com certo conhecimento e um caminho já percorrido na pesquisa, esta entrevista teve um caráter de explicitação da materialização da PPC da escola, no que tange aos aspectos pedagógicos e políticos.

Partindo deste ponto de vista, foi questionada a pedagoga da escola como é o processo de elaboração da PPC da escola e quais os agentes que participam e a mesma nos respondeu:

*Quem participa do Projeto Político-Pedagógico são os professores, são os pedagogos, são os diretores, são as pessoas que trabalham dentro do sistema, todos os segmentos do sistema tem uma parte no Projeto Político-Pedagógico. Porque o Projeto Político-Pedagógico na verdade são todas as ações da escola em relação ao que ela vai trabalhar com o aluno.*

Foi questionado também qual a participação do aluno, por considerarmos que sua atuação nas decisões da escola é limitada por causa de sua condição, ou seja, de ser um homem encarcerado e obtivemos a seguinte resposta:

*O aluno dentro do sistema, ele tem participação assim: o professor vê as necessidades do aluno através da sua experiência e nós procuramos adaptar o Projeto Político-Pedagógico de acordo com a necessidade do sistema penitenciário. É dentro desta visão, é o que nós vamos dar, aquilo que é possível ser feito dentro do sistema. Porque dentro do sistema, aqui dentro existem certas coisas que nós não podemos estar fazendo, porque dentro do sistema não é permitido por via de segurança, enfim por uma porção de coisas que é imposto dentro do sistema a bem da segurança de todos nós. (ENTREVISTADA J.)*

Por esses enunciados já se pode perceber que a participação na elaboração e efetivação da PPC da escola P.M.M de certa forma é limitada, contrariando o que já foi discutido até o momento sobre a proposta de uma construção do projeto pedagógico que atenda as necessidades de todos os envolvidos, trazendo em sua proposta uma ideia de escola democrática e igualitária. Para Veiga (2000, p. 13):

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

A preocupação no que diz respeito a formação do cidadão na escola P.M.M evidencia a reinserção do mesmo na sociedade, a PPC também apresentou estes aspectos, mas consideramos a não participação do aluno na construção da PPC contraditória, pois alguns destes homens têm o direito de sair da unidade para fazer faculdade e até trabalhar no interior da instituição.

A construção da PPC é coletiva no sistema penitenciário de acordo com as regras impostas, pensando sempre na segurança de todos os envolvidos, o que nos remete ao seguinte questionamento: A implantação e a prática da PPC no sistema penitenciário ocorrem de forma que atenda realmente a necessidade de todos os envolvidos?

De certo modo atende e traz uma reintegração deste indivíduo a sociedade, mas sua participação é limitada em decorrência da condição de apenado que o aluno se encontra, fato este que poderia ser revisto para uma participação certamente coletiva no sentido que um projeto pedagógico merece. Segundo Veiga (2000, p. 13) “Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.”

Quando foi questionado a respeito de que objetivos e metas correspondem às necessidades e expectativas da comunidade escolar, observamos na resposta de nossa entrevistada J. que a reinserção do seu aluno é um fator que está diretamente ligado a educação e que esta é uma grande preocupação de sua parte como podemos perceber na sua fala:

*Como nós trabalhamos com uma comunidade carcerária as expectativas nossa é a inserção desse homem na sociedade novamente, como ele passa pelo um processo de privação de liberdade, ele tem necessidade de ser recebido lá fora e a nossa preocupação é a socialização desse homem, é a educação no seu amplo sentido da palavra, é no sentido de colocação desse homem outra vez na sociedade, ou na comunidade de onde ele veio, na sociedade na qual ele foi retirado.*

A educação no sistema penitenciário e seus conteúdos sistematizados precisam preparar o retorno deste aluno a sociedade e sua família, ou seja, sua formação vai além de obtenção de um diploma sua formação pessoal, moral e crítica estão sendo construídas a todo o momento. De acordo com Carvalho (2002, p. 90):

Falando-se especificamente de presidiários, é preferível que essas pessoas produzam e estudem a ficarem ociosos e aglutinados, sem perspectivas de melhoria em suas vidas. Uma pessoa com a mente ocupada em aprender algo como por exemplo escrever o seu nome, conhecer a história do Brasil e do mundo, raciocinar para resolver um problema de matemática, ler um bom livro e “viajar” para outros lugares do mundo, utilizando o computador como instrumento dessa viagem, e podendo trabalhar na produção de objetos, roupas, móveis e outros utensílios, na plantação de alimentos e com esse trabalho ser remunerada, com certeza, não pensará, naquele momento, em crimes, e sim conhecerá assuntos novos, raciocinará e adquirirá novos conhecimentos os quais, muitas vezes, nunca pensou que existisse.

Esta é uma das finalidades da educação no sistema prisional, formar este homem para a vida, para o trabalho, reintegrá-lo como uma pessoa que não vive mais a margem da sociedade, levando-o a entender que sua falta de condição, seja ela qual for, para o estudo no passado pode ser resgatado na escola dentro da prisão. Fato este observado durante a fala de nossa entrevistada J.

*Dentro do sistema prisional, atendendo a jovens e adultos que não tiveram oportunidade na idade escolar de freqüentar uma escola. Então muitos chegam aqui analfabetos ou semi analfabetos, com uma vivencia as vezes de um meio ambiente, completamente distorcido daqueles que nós gostaríamos que eles tivessem né. Então esse indivíduo se torna nosso aluno, ele tem necessidade dessa educação, que quando ele era pequeno ele não teve essa mesma oportunidade, ok?*

Neste entendimento do tipo de aluno que a escola P.M.M atende, prosseguimos nossa análise diante de uma questão pertinente em relação a formação dos alunos para com a autonomia, cidadania e participação, e conseguimos esta resposta:



*Olha, autonomia, cidadania dentro de uma prisão é lamentável, mas é tudo feito dentro de uma disciplina bastante rígida. Aqui dentro autonomia, cidadania e participação ela é limitada. Nós estamos aqui num cumprimento de uma pena, então a gente vê isso como uma forma necessária para disciplinar as pessoas que muitas vezes chegam aqui e não tem limites, chegaram aqui por falta de limites. Então a cidadania ela é permitida para as pessoas que souberam conquistá-la lá fora. Agora cidadania aqui dentro é o preso não vota, não vota porque não é permitido pela nossa legislação. Ele não tem o ir e vir porque o ir e vir dele está pelo menos momentaneamente limitado, é lógico que a perda de, a privação de liberdade ela se dá por um determinado tempo, até porque no Brasil nós não temos a pena, que não tenha limite de tempo, a prisão perpétua, é permitido que o preso fique dentro de uma cadeia por um determinado tempo, a pena máxima é de quarenta anos (ENTREVISTADA J.).*

Neste pensar, novamente retornamos as regras impostas no sistema prisional, mantidas através de uma disciplina rígida e de uma ideologia que restringe a participação de todos nas decisões escolares, até mesmo os profissionais habilitados na área escolar. A formação do aluno neste contexto nega a autonomia, participação do indivíduo e sua cidadania é de acordo com o que lhe é permitido legalmente.

Martins (2001, p. 50) destaca a educação como aliada da cidadania para com o sujeito na escola:

*Assim, se a educação como instrumento social básico é que possibilita ao indivíduo a transposição da marginalidade para a materialidade da cidadania, não é possível pensar sua conquista sem educação. Educar, nessa perspectiva, é entender que direitos humanos e cidadania significam prática de vida em todas as instâncias de convívio social dos indivíduos: na família, na escola, na igreja, no conjunto da sociedade.*

Entretanto, não podemos negar que se percebe na fala da pedagoga um empenho de todos os profissionais da educação que atuam na escola P.M.M para trazer essa conquista da cidadania para seus alunos, ou até mesmo levá-los a compreender que quando obtiverem sua liberdade, há um mundo que pode ser modificado a partir de novas ações que precisam ser incorporadas no seu dia a dia, que foram adquiridas através de seus estudos e transmitidas pelos seus professores.

Ao mesmo tempo em que nos preocupamos na reflexão a respeito do aluno encarcerado neste espaço educacional, o papel transformador do professor foi outro ponto que se faz presente em todo o momento, sem ele a formação do aluno seria impossível de acontecer. Seu trabalho neste contexto está voltado para questões escolares que abordem diariamente o cotidiano e a atuação do indivíduo no mundo em que um dia novamente irá

fazer parte, ou já faz como no regime semiaberto. A entrevistada J. refere-se a este educador do seguinte modo:

*Eu acredito que o papel da escola, ou o papel do professor é muito importante para que ele tenha uma visão de todos os papéis que são fundamentais para a formação dele. Então a escola ela instrui essa formação, através do professor de história é possível ele diferenciar. Eu me lembro um caso de um aluno ouvindo a professora de história, dizendo que o homem é modificador do meio ambiente, o homem modificava tudo, o homem a qualquer momento podia transformar qualquer coisa, que só cabia ao homem, ele transformaria tudo, o homem. Ele recebeu aquilo como uma coisa dentro dele, é, transformadora e ele a partir daquele momento passou a ser um novo aluno também, aquele aluno terminou o fundamental de primeira a quarta, quinta a oitava e segundo grau e com uma formação crítica. Então eu acho assim que esse é o poder do professor, ele tem mais que um pensamento, ele tem uma palavra, que as vezes essa palavra transforma, que a maior arma do professor é aquilo que ele pode dizer como um produto transformador né.*

Diante disto, o professor neste espaço consegue modificar o pensar de seu aluno com um olhar crítico a respeito de um determinado fato, ele pode ser esse agente transformador, proporcionando novas possibilidades para que seu aluno tenha dentro de si que o conhecimento é algo precioso, que a educação transmitida não será mais um passatempo enquanto manter-se preso e sim uma necessidade constante em todos os momentos de sua vida. Este é um papel específico dos educadores que atuam na EJA como consta nas “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 29):

Cabe aos professores da EJA evidenciar possíveis mudanças que apontem para uma nova relação entre ciência, trabalho e cultura, por meio de uma base sólida de formação científica e histórica que ajude os educandos no seu desenvolvimento. Assim, conhecer significa a possibilidade de interferir socialmente.

A formação do aluno e o papel do professor são fatores primordiais na constituição da escola, por este motivo a construção do currículo e a seleção dos conteúdos da escola P.M.M foram de fundamental importância na entrevista para entendermos se há uma relação entre estes aspectos, ou se corresponde apenas o que é de interesse dos profissionais que dela fazem parte. Com o decorrer de seu discurso a entrevistada J. demonstra que o currículo atende as necessidades dos alunos da EJA, como observamos a seguir em sua fala:

*A seleção dos conteúdos, nós temos dentro do CEEBJA, nós temos assim uma divisão de conteúdos, dentro dessa divisão de conteúdos você sabe que quando você vai ensinar, que quando você vai dar um conteúdo, você vai dar de acordo com a necessidade daquele indivíduo. Então esse conteúdo é dado aqui dentro é através da necessidade do nosso interno.*

Nesta visão, o currículo e os conteúdos que fazem parte da PPC da referida instituição de ensino propõe o conhecimento voltado para um todo, numa educação que abrange o que realmente é de importante para a vida escolar e pessoal deste indivíduo. Como explica a entrevistada J:

*Então como o ensino aqui dentro é individualizado, porque ele é individualizado, ele é individualizado, o aluno “x” não está acompanhando o aluno “y”, não é dada uma educação para todos, cada um é atendido individualmente, dentro de suas necessidades, ele não é atendido como um preso comum, não, ele é atendido como o João da Silva que tem necessidade de uma visão de mundo, ele veio de determinado lugar e nós vamos atender aquele aluno.*

Aspectos estes defendidos na educação de jovens e adultos, sempre priorizando o conhecimento já adquirido no cotidiano da pessoa e a aplicação do ensino individualizado, sempre respeitando o passo que cada aluno consegue realizar durante sua trajetória na escola. Assim o currículo como colocado na instituição pesquisada acata o que está apresentado nas “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 36):

*Para adaptar o tempo escolar às necessidades dos educandos, o currículo deve ser organizado de forma que lhes possibilite transitar pela estrutura curricular, de acordo com o seu tempo próprio de construção da aprendizagem. A interação entre os conhecimentos apreendidos deve torná-los significativos às práticas diárias dos educandos e permitir que os conteúdos constituam uma rede integradora entre os conceitos trabalhados nas diferentes áreas do conhecimento e as estratégias de investigação da realidade.*

Não há dúvida que o ensino e o currículo ofertados nesta instituição de ensino ocorrem de modo individualizado, o plano de estudos que o professor vai desenvolver com seus alunos também vai priorizar essa forma de trabalho pedagógico. O planejamento da disciplina vai se transformar no plano de ação, sendo elaborado a cada três meses e a partir desse plano será feito o guia de estudos de modo que o aluno vai acompanhar cada conteúdo

que será dado em cada disciplina. Segundo a entrevistada J. o guia de estudos acontece desta forma:

*Bom, como eu estava falando para você que os nossos alunos têm o guia de estudo, esse guia de estudo é o que vai guiá-lo para que ele possa durante o ano estar. Então veja bem, vamos dizer que o aluno tenha se matriculado em geografia, eu estou ainda preparando o guia de estudo desse ano e ele se matriculou em geografia no ensino médio, ele vai pegar o seu guia de estudo ele vai ver a concepção da disciplina de geografia, logo em seguida ela vai ver a dinâmica e o horário de atendimento. O atendimento ao aluno será realizado de forma presencial de acordo com a necessidade do mesmo e da própria escola, podendo ser de forma coletiva ou individual nos horários pré-estabelecidos pelo sistema de atendimento ao aluno interno.*

Sendo assim, o aluno tem um cronograma já elaborado por cada disciplina para realização de seus estudos, com horários e datas pré-estabelecidos, sempre ressaltando que o ensino é individualizado, podendo ser coletivo quando os alunos estão no mesmo nível de aprendizagem. A educação na escola P.M.M prioriza o tempo que seu aluno precisa para aprender, como está nas “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 36):

O tempo pedagógico tem sentido de tempo vivido, uma vez que enfoca o processo de formação e o autoconhecimento do educando. Ao priorizar a qualidade do ensino e da aprendizagem, tende a adequar ao tempo escolar essas suas necessidades eminentemente educativas. A organização do trabalho pedagógico na escola, que inclui os diferentes sujeitos da prática educativa, necessita ser pensada em razão da articulação satisfatória entre o tempo pedagógico e o tempo escolar.

Esta forma de trabalho pedagógico coloca o aluno encarcerado numa condição favorável para realização e continuidade de seus estudos, as propostas da escola e seu guia de estudos abrangem além do ensino individualizado, uma carga horária que precisa ser cumprida de acordo com seu conhecimento prévio e o que vai ser adquirido nas aulas. Assim, se pronuncia a entrevistada J:

*Exato, ele não precisa fazer uma carga de 128 horas, ele pode ser classificado em 50% em geografia, ele já tem um conhecimento já bom, aí de trinta anos, ele durante a vida dele ele tem um conhecimento. Se eu der uma prova com esse aproveitamento ele vai conseguir um registro e uma nota para ele fazer só 50%, só duas provas. Então ele vai ler aqui e vai saber que ele pode ser classificado dentro do que está aqui, pode ser e pode não ser.*

Deste modo, o domínio do conhecimento prévio é que pode determinar a carga horária a ser cursada pelo aluno e o que falta para que o mesmo alcance os cem por cento que precisam ser cumpridos para o cumprimento de cada disciplina será dado através da realização das provas, pelos conhecimentos adquiridos nas aulas. Portanto, a avaliação será realizada pela escola por meio do conteúdo programático que o aluno deve saber disposto no seu guia de estudos, seguindo as etapas existentes para cada tipo de avaliação.

Na EJA, a avaliação acontece diferentemente da grande maioria das escolas do ensino regular, na qual tem dias e horas marcados para que o professor avalie seu aluno, avaliação esta que exclui muitos alunos desse processo educativo por não conseguirem acompanhar este ritmo imposto pelo tradicional sistema educacional. Esta avaliação excludente pontua e classifica seu aluno quantificando seu conhecimento, enaltecendo sua posição e não o seu saber.

A avaliação na escola P.M.M vem contra esta ideologia, proporcionando um diálogo aberto entre aluno e professor, revendo a postura que cada um precisa ter, para o melhor andamento do ensino e aprendizado que acontece neste processo. Por isso, entende-se que a avaliação traz os ideais colocados nas “Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos” (PARANÁ, 2006, p. 42):

A avaliação implica o coletivo da escola e possibilita a indicação de caminhos mais adequados e satisfatórios para a ação pedagógica. Em outras palavras, a avaliação não pode ser um mecanismo para classificar, excluir ou promover o aluno, mas um parâmetro da práxis pedagógica que toma os erros e os acertos como elementos sinalizadores para o seu replanejamento.

Finalizando esta parte da entrevista, abordaremos como funciona a coletividade na escola e se a mesma é uma necessidade ou uma condição. Neste sentido a entrevistada J. retratou este aspecto desta forma:

*Aqui é uma necessidade, você junta aqui todos os tipos de delitos, desde o mais brando até o mais complexo. Então quando se trata de trabalhar com o ser humano você não pode, é, fazer aquilo que dá na sua cabeça. Porque você não sabe o que se passa na cabeça de uma pessoa que está num sistema prisional, então você tem que respeitar aquilo que você ouviu aqui dentro. Não é não, é não para dar um recado, é não para dar um recado. É não para você não dar uma informação, é não para você não dar uma informação. Porque você pode de repente com isso estar servindo como um tipo de trampolim, com alguma coisa que não seja lícita. Então você tem que ser cuidadoso, com o que você diz, você tem que ser cuidadoso com o que você faz, com as coisas que você. Por exemplo, você leva na escola um apontador e você acha que não tem nada demais, você vai dar um*

*apontador para um aluno apontar um lápis, mas de repente você está dando um estilete para ele matar um companheiro. Então se é não para dar, é não e acabou.*

Fica claro que a coletividade neste espaço deve respeitar as normas e regras impostas pelo sistema prisional, a segurança de todos os envolvidos é um fator que está todo o momento sendo colocado no trabalho desenvolvido pelos educadores e aos profissionais que pertencem a este local. Apesar do intuito de se desenvolver um trabalho educativo voltado para a ressocialização dos alunos encarcerados, a escola não esquece que alguns desses homens podem ter uma intencionalidade diferente do ensino, por este motivo a disciplina percebida durante a entrevista é seguida pelos alunos e profissionais que ali atuam.

Apesar das dificuldades observadas até o presente momento, não podemos negar a qualquer indivíduo independente da condição em que se encontra e o direito ao estudo e sua inserção na sociedade através do mesmo.

Assim, esta garantia e gratuidade do ensino para os alunos da EJA, mais especificamente realizado pelos profissionais da escola P.M.M está tendo resultados positivos com alguns de seus alunos.

A entrevista que se segue com o detento estudante traz quais os impactos encontrados na educação desenvolvida no sistema prisional e principalmente qual a implicação que a mesma pode ter para este indivíduo.

#### 2.2.5 A Entrevista com o Detento Estudante

Apesar de curta, esta entrevista nos foi relevante por seu conteúdo relacionado ao impacto social do trabalho desenvolvido pela escola, como já afirmamos anteriormente. O nosso entrevistado será identificado como E.

Esta entrevista não teve uma programação prévia, por isso as perguntas não tiveram um direcionamento pré-elaborado, mas mesmo assim a fala do entrevistado esclarece dúvidas que tínhamos a respeito do que acontece com o aluno que sai para fazer um curso superior, estando este no regime semiaberto.

Este aluno participou do ENEM por dois anos e obtendo a nota exigida foi inscrito no PROUNI, cursando atualmente o curso de Direito. Nota-se que este estudo só é

possível por intermédio de autorização judicial que o estudante obteve até o cumprimento do restante de sua pena perante a justiça.

Inicia-se a entrevista questionando ao entrevistado E. qual é a importância da escola e o mesmo responde:

*Ha, aqui é o seguinte, é, a escola da oportunidade, tem muita gente que não está nem aí. Mas é uma oportunidade, você tem o livro hoje, você tem televisão, você tem, como é que chama? Pen drive. Tem acesso a tudo, você não aprende se não quiser.*

Interessante como a educação quando proporcionada com qualidade faz a diferença na vida do aluno, os recursos disponíveis são fatores que completam este aprendizado, colocando o ensino como um meio de transformação para aqueles que têm o interesse de estudar. O aluno da EJA neste contexto tem como caráter uma identidade própria, pois já é uma pessoa com uma personalidade formada e assim traz uma experiência de vida para a sala de aula. As oportunidades que surgem para os que sabem aproveitá-la são de suma importância para a construção de um indivíduo crítico e participativo na sociedade. Cabe ressaltar, no entanto, que ainda há um caráter muito individualista no processo, pois ao dizer que “não aprende se não quiser”, enfatiza que prevalece o sentido da escolha pautado no desejo individual e na escola como oportunidade de equalização social, ou seja, uma ideia bastante liberal. Seguindo as ideias de Saviani (1988), a ideia de escola é a de uma instituição que vai adaptar o sujeito à sociedade e não transformá-la e a ideia que se defende e se depreende na fala do estudante e da fala anterior da pedagoga é justamente esta.

Neste sentido, o entrevistado E. está aproveitando o tempo para estudar fazendo com que a educação seja o início de um novo caminho para sua vida pessoal e profissional. Acreditar na educação neste sentido é entender que o inevitável não existe, sua função de formação serve para a construção de um mundo mais justo e humano. Há que se destacar que o que é direito do cidadão não pode ser visto como oportunidade ou como favor da sociedade ou do Estado. Como defende Harper (1986), o liberalismo impôs a escola como condição para a mobilidade social, mas não a garantiu para todos, justificando o não acesso de muitos como mera falta de vontade.

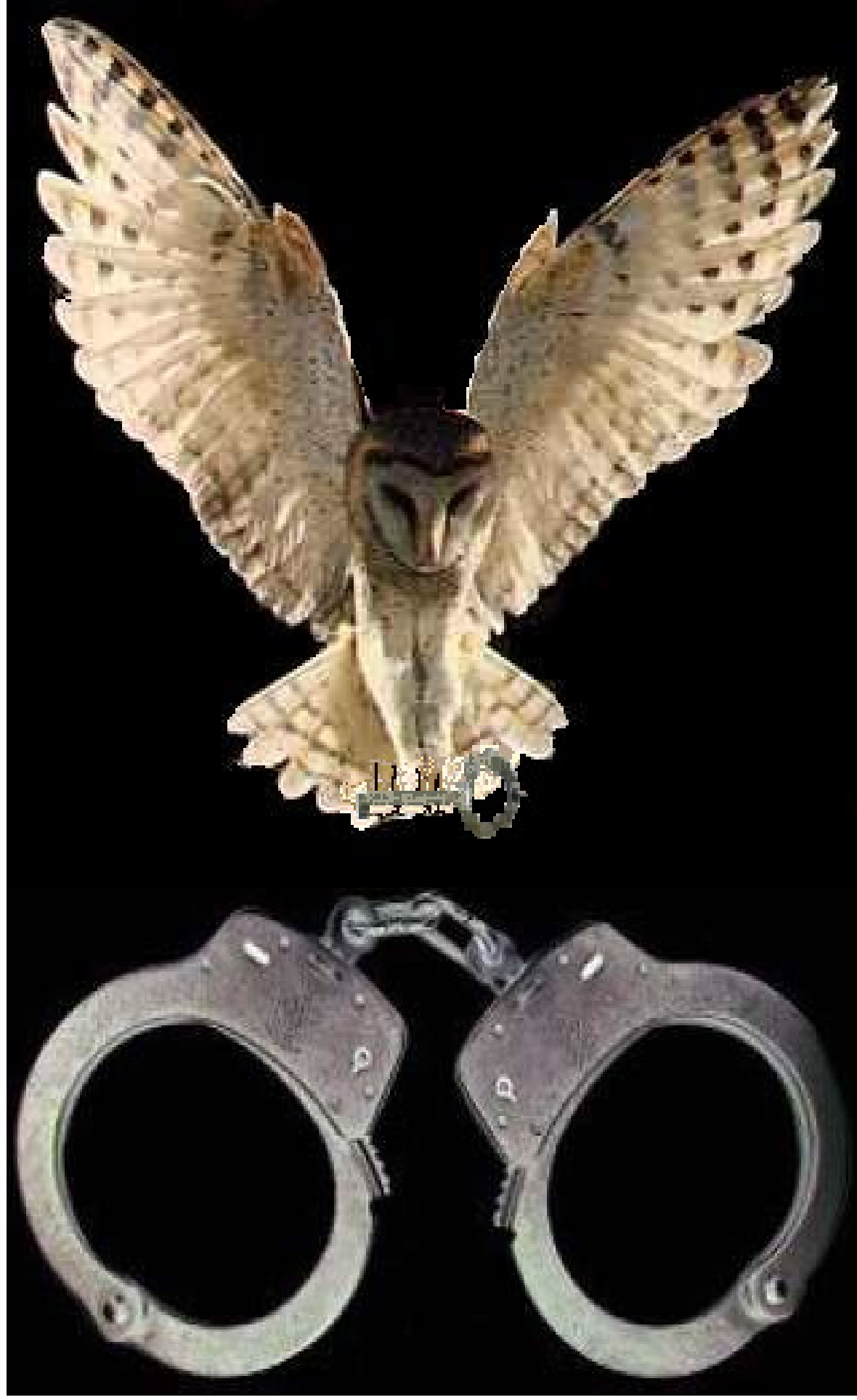
O entrevistado E. demonstra sua relação com os professores da instituição e qual seu ponto de vista a respeito deste assunto:

*É tranqüilo, os professores que estão lá dentro não tenho o que reclamar, todos os professores sempre arrumavam um livro. Então eu sou sincero eu cheguei no sistema eu tinha a 5ª série, eu não tinha nem fundamental não tinha nada, tudo o que eu aprendi, tudo o que eu estou fazendo na faculdade foi a escola que me deu.*

O educador e a escola neste espaço são de fundamental importância na continuidade da formação de seus alunos, os conteúdos proporcionados estão sendo de grande valia para que no caso específico deste aluno, auxiliem no seu aprendizado na faculdade. Enquanto temos o direito de ir e vir, muito de nós não damos o devido valor que a educação merece, este estudante sente que o conhecimento adquirido até o presente momento é a chance de um recomeço para sua vida.

Esperamos que a discussão proposta e as reflexões apresentadas até o presente momento, não seja o fim de uma ideia e sim uma “provocação” para que outros colegas como nós, que tem a intenção de mostrar que a educação não acontece apenas entre as escolas convencionais, mas também entre os muros de uma prisão, quebrando os pré-conceitos existentes, que não foram poucos na realização deste trabalho.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem disse que alguma “coisa” na vida é fácil? Algumas podem até tornarem-se, outras não. Em algumas situações dificultamos a caminhada por conta própria e outras se tornam complexas em função da interferência de outros. Isso significa que essa “coisa”, pode ser um fato qualquer na nossa vida, ou seja, problemas, acontecimentos, desejos e direitos. Sim, direitos que envolvem desejos que dependem de acontecimentos e que inesperadamente e mesmo já estando preparado surgem os obstáculos que criamos, ou são criados por circunstâncias diversas.

É assim que enxergamos a educação no sistema prisional, ela envolve muitos aspectos que vão além do simples fato de ter a educação “funcionando” numa unidade carcerária. Seus profissionais, alunos, agentes e toda sua comunidade vão de certa forma, construir o ensino na prisão, dentro das condições disponíveis.

Neste trabalho, podemos observar que as barreiras impostas foram diversas no seu desenvolvimento, os estigmas que os encarcerados carregam vão além das grades da prisão, a sociedade é justa e injusta, conforme a situação em que se encontra, ou seja, depende de como se apresenta a relação do homem apenado na sociedade, como dizem: “se não me incomodar está tudo certo”.

O objetivo central do trabalho demonstrou pela análise documental da Proposta Pedagógico-Curricular, de outros documentos e das entrevistas, que os objetivos transpõem o currículo oficial e o sistema formal. A busca constante pela cidadania e ressocialização do homem encarcerado é necessária na educação deste contexto, premissa que faz toda a diferença no trabalho pedagógico.

Para compreender a Proposta Pedagógico-Curricular da escola P.M.M, foi importante utilizarmos de uma pesquisa de cunho qualitativo, básico e exploratório. Com entrevistas abertas para podermos verificar que a educação não está apenas envolvida nos diferentes aspectos encontrados, mas na sociedade como um todo.

No desenvolver do trabalho, notamos que a busca da cidadania e a reintegração do indivíduo encarcerado está em destaque a todo o momento na Proposta Pedagógico-Curricular, diferenciando-se de outros Projetos Político-Pedagógicos de escolas do sistema de ensino. Como não podia deixar de ser, o contexto em que se situa uma escola evidencia que tal ambiente é construído através dessa dada realidade e que seus agentes podem e devem buscar propostas pedagógicas que atendam a necessidade de todos os

envolvidos.

Outros aspectos que foram determinantes para percebermos a importância da Proposta Pedagógico-Curricular na escola pesquisada, foi como se dá autonomia, cidadania e participação neste contexto e, pela entrevista realizada com a pedagoga da escola, verificamos que as condições para se ter os aspectos questionados anteriormente, dependem de uma aprovação do próprio sistema carcerário. Nada é feito sem seguir suas regras, todas as decisões a serem tomadas estão em constante controle do sistema. Como a própria pedagoga coloca em sua fala, a autonomia, a cidadania e a participação neste contexto acontecem de forma limitada, até mesmo porque os alunos inseridos neste ambiente têm o diferencial de estarem cumprindo pena e as decisões tomadas dependem de uma disciplina imposta para segurança de todos.

Contudo, acreditamos que a coletividade existente na escola P.M.M e todas as outras escolas que funcionam nas unidades carcerárias carecem de desenvolver seu trabalho pedagógico juntamente com políticas públicas adequadas para esta modalidade de ensino, ou seja, o trabalho educacional a ser desenvolvido na prisão depende de uma articulação entre a administração penitenciária e Secretaria de Educação. Mesmo porque, as políticas públicas para a educação nas prisões são quase inexistentes, como podemos observar nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná (2006) ou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), por isso a necessidade de mais discussões para elaboração e cumprimento de leis, e também oferta de mais espaços educacionais. Sugerimos, inclusive, que a educação prisional fosse tomada como modalidade com recursos e norteamientos próprios.

Ressaltamos que a coletividade precisa acontecer no interior da escola de modo que beneficie a todos, não apenas preocupando-se com as normas impostas pelo sistema, buscando sempre propor uma forma mais democrática do desenvolvimento do trabalho pedagógico, como por exemplo, um Conselho Escolar e uma Proposta Pedagógico-Curricular que tenha a participação de todos, inclusive dos alunos.

A importância da educação está envolvida diretamente com a continuidade dos estudos dos alunos apenados, pois, como podemos perceber no decorrer do trabalho, uma parte dos alunos continua seus estudos quando se encontram no regime semiaberto, cursando faculdade. Assim, a educação não é um favor, uma regalia para os alunos encarcerados, ela é um direito de todo cidadão, independentemente de sua condição de privação de liberdade.

Cabe destacar que para o bom desenvolvimento do processo educativo e pedagógico nas unidades prisionais, os agentes do currículo devem refletir sobre a

organização do mesmo, destacando a importância de se considerar as complexidades apresentadas. O currículo de uma escola estabelecida no sistema prisional bem como suas atividades planejadas deve proporcionar um aprendizado mais completo para seu aluno, relacionando seus conteúdos escolares com as temáticas da sociedade e a reflexão crítica sobre sua condição.

A cultura é um dos fatores que faz parte de um currículo, trazendo o que o homem produz no meio social em relação ao outros e a si mesmo, como o trabalho que humaniza este ser. Deste modo, a escola se apropria destes saberes de forma intencional para produzir e modificar este indivíduo na sua realidade. Concluímos que a construção do currículo de uma instituição de ensino, localizada numa unidade prisional, precisa adequar-se a realidade dos encarcerados, relacionado seu tempo e espaço dentro de uma proposta de educação diferenciada para atender esse tipo de público.

Cada passo dado neste trabalho significa um aprendizado a mais no que diz respeito à educação, seu compromisso com o outro e sua especificidade. O trabalho desenvolvido pelos agentes que dela fazem parte, sua intencionalidade perante aos ditos marginalizados e excluídos da sociedade são significativos para formação acadêmica dos profissionais da educação.

Perceber e compreender que educar é uma responsabilidade de todos os agentes que dela fazem parte demandam uma continuidade de estudo que não acaba nunca. Ensinar e aprender neste caso são palavras que não se dissociam jamais, nem por um momento, uma vez que se torna uma busca constantemente na vida.

Os homens, mulheres e menores que neste exato momento se encontram privados de sua liberdade por algum motivo, merecem a nossa atenção, respeito e uma educação de qualidade. O simples fato de darmos “as costas” para estas pessoas demonstra que os excluídos não são eles, e sim nós, os que fazemos parte de uma sociedade que se fecha nos seus ideais e preconceitos, que já vem de longa data e que não se abre para uma reeducação de olhar para com o outro consigo mesmo.

Não são todas as pessoas que fazem parte desta esfera excludente e este é um dos fatores primordiais para que possamos acreditar que a educação não é um mero objeto dos ditos “manipuladores”, é um direito que eu, você e todos nós temos. Neste sentido, vamos prosseguir nesta longa jornada que é a “Educação”.

## REFERÊNCIAS

- BAFFI, Maria Adelia Teixeira. **O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas.** Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.pr/ler.php?modulo=16&texto=969>>. Acesso em: 29 nov. 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 dezembro 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Seminário Nacional pela educação nas prisões.** Brasília, 25 ago. 2005.
- CAMARGO, Rubens Barbosa de; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. **Princípios e processos da gestão democrática do ensino: implicações para os conselhos escolares.** Disponível em: <<http://www.upcme.org.br/site/docs/Rubens%20Carlos.pdf-Artigo>>. Acesso em: 06 ago. 2009.
- CARVALHO, Ana Cláudia Camargo. **A educação à distância como auxílio na reintegração do indivíduo preso.** 2002. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia de Produção concentração em Mídia e Conhecimento com ênfase em Organizações e Instituições) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CAVAGNARI, Luzia Borsato. Projeto político-pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Org.) **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 95-112.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Introdução a história da filosofia.** São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CHILANTE, Ednéia Fátima Navarro; SCOARIS, Raquel Carmen de Oliveira; CARVALHEIRO, Marcos Segale. A educação no sistema prisional: história e práticas curriculares. In: PLATT, Adreana Dulcina (Org.). **Currículo e formação humana: princípios, saberes e gestão.** Curitiba: CRV, 2009. p. 188-219.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.
- GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro. A formação de educadores de EJA: o legado da educação popular. In: SOARES, Leôncio José Gomes; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 243-254.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Eder da Silva et al. **Planejamento dialógico**: instrumento de transformação da realidade escolar. Disponível em: <[artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc\\_1180439827\\_96.doc](http://artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1180439827_96.doc)> . Acesso em: 25 ago. 2008.

HARPER, Babette et. al. **Cuidado, escola! desigualdade, domesticação e algumas saídas**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JAPIASSÚ, Hilton; Marcondes, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KUENZER, Acacia Zeneida. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 63, p. 01-16, ago. 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática/José Carlos Libâneo**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, Rosilda Baron. Educação para a cidadania: o projeto político-pedagógico como elemento articulador. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Org.) **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 49-73.

MORASTONI, Josemary; MALINOSKI, Marlei Gomes da Silva. **Do projeto político-pedagógico para um projeto político e pedagógico**: um contrato entre gestores, professores e alunos. Disponível em: <<http://www.utp.br/mestradoeducacao/vpedagogiaemdebate/pddjoma.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <[http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php)>. Acesso em: 25 ago. 2008.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação de jovens e adultos**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>> Curitiba, 2006. Acesso em: 01 ago 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2000.

PROPOSTA, Pedagógica Curricular. Londrina, 2008.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. A perspectiva multicultural no projeto político-pedagógico. In: \_\_\_\_\_. Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Org.) **Escola: Espaço do projeto político-pedagógico**. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 33-48.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 8. ed. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1988.

SILVA, Jorge Alberto Barros da; Inocêncio, Zenira dos Santos. **Educação e trabalho nos espaços prisionais: a educação como possibilidade de inserção no mercado de trabalho**. 2005. Dissertação (Especialista em Processos de Educação na Vida Adulta) – Universidade de Brasília, Brasília.

TORO, Bernardo. **Códigos da modernidade**. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.com.br/moderni.htm>>. Acesso em: 06 de ago. 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: \_\_\_\_\_. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico/organização**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001a. p. 9-32.

\_\_\_\_\_. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: \_\_\_\_\_. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

VEIGA, Zilah de Passos Alencastro. As instâncias colegiadas da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2001b. p. 113-157.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. O projeto político-pedagógico e a avaliação. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Org.) **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 179-200.

## **APÊNDICES**



## Apêndice A

## ENTREVISTA DIRETORA

(Realizada no mês de setembro no ano de 2008)

**Início a entrevista pedindo que a entrevistada apresentasse informações necessárias a respeito do seu trabalho e como funciona a escola numa unidade prisional e obtive a seguinte resposta:**

O CEEBJA começou em outra instituição no ano de 1994, com um convênio de amparo entre a secretaria de justiça e cidadania e a secretaria de educação. Através do núcleo regional de educação foi feito um plano de implantação atender de 1ª a 4ª, 5ª a 8ª e ensino médio, chamava-se estudo supletivo, só que não havia autonomia.

Em 95 foi feita uma avaliação no sistema para participar dos exames supletivos, para ver as notas, montava toda documentação, mas ainda era assinado pelo centro de estudo supletivo, que hoje ele se chama CEEBJA Londrina. Em 2003 foi feita uma proposta pedagógica pra gente ter essa autonomia, só que demorou e nós só tivemos essa autonomia em 2004 e a partir daí nós começamos a expedir certificados. Nós atendemos a Educação de Jovens e Adultos, de 1ª a 4ª que chamamos de fase I, de 5ª a 8ª de fase 2 e o ensino médio.

De 94 para 2008 modificou bastante coisa, inclusive na carga horária, na parte pedagógica o aluno não precisava ter uma carga horária para terminar a disciplina, o que vale pra fora vale pra gente, a legislação é a mesma. A forma de contratação de professor era assim, você tinha que ter professor do quadro próprio do magistério da SEED. Uma ordem de serviço para você trabalhar, o núcleo regional de educação, a chefia dava uma ordem de serviço e era convite da direção, hoje já não é mais assim, a partir de 2002 passou a ter um edital, da diretoria da SEED com a secretaria da justiça uma parceria, esse professor de magistério de quadro próprio da SEED pode concorrer para vir para cá, espécie de um concurso. Com uma análise de currículo e entrevista.

Na **(instituição anterior)** nós funcionamos de 94 até abril de 2007, com a construção do **(local onde foi realizada a pesquisa)**, o juiz da vara de execuções penais Dr. R., ele pediu que aqui fosse colocado os presos condenados. Assim nós pedimos a abertura de uma ação descentralizada que se chama APED, que é quando funcionam turmas onde não é a sede. Após um ano, que vem os professores contratados, eles irão trabalhar aqui e lá.

**Você pode informar como é a formação desses professores?**

Na licenciatura eles só podem concorrer na sua disciplina de concurso. De 1ª a 4ª pode ser transposta, mas você tem que ter o concurso de 1ª a 4ª série.

**Quantos professores vocês tem aqui?**

Somos em vinte professores, três pedagogos, a direção e uma secretaria. Temos todas as disciplinas e o aluno não pode fazer matrícula em mais de quatro disciplinas, quando ele termina uma pode ingressar na próxima. Os que vêm com escolarização não fazem a carga horária completa, nós estamos com uma discussão na coordenação de EJA lá em Curitiba junto a SEED, a nossa última proposta eles falaram que não podia utilizar aproveitamento de estudos, não podia aproveitar o que ele já tinha feito no ensino regular. Então a gente estava usando um artifício da lei que se chama classificação e reclassificação.

**Então vocês continuavam de onde eles tinham parado?**

O professor aplicava uma prova e via se ele estava falando era verdade, mas mesmo assim a gente pede a documentação escolar da onde que ele veio, a família não vai atrás destes documentos, então a gente liga pras secretarias das outras escolas, pra eles encaminharem pra gente e assim ele fica resguardado quanto a veracidade.

**Qual o horário de funcionamento da escola?**

Nós funcionamos de manhã (das 8:00 as 10:50) e tarde (13:30 as 16:50). Eles têm que cumprir quatro horas aula por dia. Confirmar horário.

**Qual é o perfil do aluno?**

Só atendemos homens, com idade variada. Maior parte de 5ª a 8ª série, o número menor de ensino médio e intermediário de fase 1. Nós temos aqui uns 60 alunos fazendo a primeira parte de 1ª a 4ª e creio que uns 40 seja os analfabetos. Esse número varia muito porque eles mudam muito de lugar, por diversos motivos.

**E quando eles saem daqui, como fica a continuidade de seus estudos?**

Se for de CEEBJA para CEEBJA eles continuam de onde estavam, toda a documentação deles é online e a gente pode passar, além disso, tem a escrita para montagem da pasta deles.

**Para você o que faz eles a procurarem o ensino aqui dentro?**

Para não ficar na cela, segundo por causa do certificado. Mas depois que eles vão para a escola eles mudam esta relação, porque o professor incentiva eles ao hábito do estudo, para que eles ocupem a mente com um crescimento, para não sair daqui a mesma coisa que entrou. O nosso principal objetivo é reintegrá-lo a sociedade. Um dos principais fatores que vai ajudá-lo a reintegrá-lo na sociedade é o estudo. Até mesmo porque quando ele sair daqui ele vai precisar do estudo, pois a maioria dos empregos exige o ensino médio, mas isso não é garantia de nada, ele vai ter mais possibilidades se ele fizer assim.

Nós estamos conseguindo fazê-los participar do ENEM, destes alunos no penúltimo ENEM 16 foram classificados acima da média nacional, 6 deles que tinha possibilidade de estar saindo nós fizemos a inscrição no PROUNI. Desses 6, 2 nós fizemos a matrícula deles na faculdade que já estava próximo a sair, um deles já está lá na **(instituição anterior)** com o semi-aberto e já vai começar semana que vem a freqüentar o curso de logística. A juíza conversou conosco e ela vai ajudá-lo a sair três noites para poder ir para a faculdade. Um deles está aqui ainda porque teve um outro problema em relação a processo.

Agora no domingo dia 31, trinta e um alunos fizeram o ENEM. Um aluno nosso ganhou um concurso de redação, tirou em primeiro lugar, ele concorreu com alunos da rede pública. Os alunos não sabem quem é o ganhador, porque são numeradas as redações. E o rapaz ficou admirado pelo ganhador ser da prisão, ele ganhou um laptop e a escola ganhou um computador.

### **O trabalho de vocês deve ser gratificante:**

É a gente além de dar a educação formal, a gente procura trazer um pouco do mundo daqui de fora para dentro da escola pra eles, como o ENEM e o PROUNI. Até mesmo porque quando foi feita a matrícula foi muito difícil porque depende de toda uma documentação da família, porque você tem que comprovar a questão da renda, de uma documentação inteira que eles pedem.

### **Existe algum preconceito em relação às faculdades em relação a alunos vindos do sistema prisional?**

Não, as faculdades até gostaram de saber que eram presos, que estava indo sabe, eles foram muito bem recebidos e vão ser bem recebidos.

### **Como é o local onde vocês trabalham? É um local próprio?**

Sim, temos local próprio, são três salas de aula, sala de direção, sala de professores e a secretaria. É uma escola dentro do presídio apesar de funcionar em blocos separados.

**Em relação às verbas? De onde que vem?**

Nós temos o sistema rotativo, não temos PDDE depende da APM, e aqui não podemos ter essa associação de pais e mestres, porque eles são adultos, são de vários lugares, existe uma limitação que o preso não pode estar participando. O conselho nosso escolar não temos uma paridade com o aluno, o aluno não participa do conselho, nós temos uma paridade com a comunidade que são os próprios funcionários da própria instituição, então nós participamos de todas as políticas públicas que participam normalmente.

**Você enxerga alguma dificuldade em seu trabalho?**

Não, a gente tem um bom relacionamento com a direção da unidade, temos um bom relacionamento com a questão da segurança. A gente procura divulgar nossas ações o máximo que a gente pode, às vezes a gente não divulga a pedido do próprio preso.

**Você gosta de trabalhar aqui?**

Gosto, eu já trabalhei em escola normal e eu gosto de fazer as duas coisas.

**Como é o ensino deles aqui dentro?**

Eles vêm pela necessidade de estarem estudando, eles adquirem muito conhecimento. O ensino hoje é diferente daquele que eles tiveram no passado, hoje o ensino está diferente, ele está mais atrativo. Nós recebemos aqueles televisores multimídia, aquela com o pen drive. Os professores têm gravado nos sites da internet, coisas bem interessantes sobre, por exemplo: Esses dias a professora trabalhou figuras de linguagem, nós trabalhamos com texto e produção de texto.

**Vocês têm material didático próprio?**

Não, são os professores que elaboram. Nós temos o livro público do Estado, mas não é direcionado para CEEBJA. Aí a professora deu um texto que tinha pleonasma, assim a figura do texto era de pleonasma e tinha um vídeo de um rapaz que faz uma palestra na qual ele fala de uma maneira bem cômica coisas que você não pode falar, Ah! eu vou subir pra cima. Até coisas que nós falamos que está errado, então ela passou esse vídeo para eles, aí

no outro dia tinha os alunos que não tinham assistido e pediram pra ela passar de novo. A professora de biologia usa bastante para colocar a questão ambiental, quando ela trabalha com o corpo humano, então a aula hoje está mais interessante, com a TV multimídia mudou bastante.

**Qual a sua formação?**

Sou formada em matemática, com especialização em física, aí eu fiz uma especialização em didática e metodologia.

**Encerro a entrevista agradecendo a atenção da entrevistada e programando outras visitas ao local para pesquisar mais a fundo o nosso objeto de estudo para o TCC.**

## APÊNDICE B

### ENTREVISTA PEDAGOGA

(Realizada no mês de março de 2009)

**Começo a entrevista agradecendo a disponibilidade da entrevistada no atendimento para coleta de informações para a pesquisa e pedindo que comentasse a respeito do trabalho que desenvolve na escola P.M.M.**

**Você pode nos dizer qual a quantidade de professores na escola?**

Nós temos mais ou menos dezoito professores, entre o ensino fundamental e médio, que é de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> e Ensino Médio.

**Por que o Projeto Político-Pedagógico foi para a elaboração no núcleo de educação?**

O Projeto vai porque ele passa por um crivo no núcleo, tem uma especialista lá e ela olha, corrige e faz as alterações de acordo com a nossa proposta educacional.

**Quem elaborou o Projeto? Como foi feito?**

Quem participa do Projeto Político-Pedagógico são os professores, são os pedagogos, são os diretores, são as pessoas que trabalham dentro do sistema, todos os segmentos do sistema tem uma parte no Projeto Político-Pedagógico. Porque o Projeto Político-Pedagógico na verdade são todas as ações da escola em relação ao que ela vai trabalhar com o aluno.

**O aluno tem participação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico?**

O aluno dentro do sistema, ele tem participação assim: o professor vê as necessidades do aluno através da sua experiência e nós procuramos adaptar o Projeto Político-Pedagógico de acordo com a necessidade do sistema penitenciário. É dentro desta visão, é o que nós vamos dar, aquilo que é possível ser feito dentro do sistema. Porque dentro do sistema, aqui dentro existem certas coisas que nós não podemos estar fazendo, porque dentro do sistema não é permitido por via de segurança, enfim por uma porção de coisas que é imposto dentro do sistema a bem da segurança de todos nós.

**Então dentro desta elaboração do Projeto Político-Pedagógico vocês têm que seguir algumas ideologias?**

Nós temos que seguir muitas ideologias, até porque nosso aluno é um sentenciado, então nós temos as regras que nós temos que respeitar diante do que está imposto aqui dentro. Eles estão cumprindo uma sentença e para que essa sentença ocorra de maneira segura é necessário que a gente respeite certas regras.

### **Que objetivos e metas correspondem às necessidades e expectativas dessa comunidade escolar?**

Como nós trabalhamos com uma comunidade carcerária as expectativas nossa é a inserção desse homem na sociedade novamente, como ele passa pelo um processo de privação de liberdade, ele tem necessidade de ser recebido lá fora e a nossa preocupação é a socialização desse homem, é a educação no seu amplo sentido da palavra, é no sentido de colocação desse homem outra vez na sociedade, ou na comunidade de onde ele veio, na sociedade na qual ele foi retirado. Ele tem que voltar para a família, ele tem que voltar para a comunidade dele, mas ele tem que voltar de uma maneira branda, ele não pode voltar como um homem que sai da prisão revoltado para que ele tem uma nova oportunidade. E até nós fazemos isso como uma forma de preparação da sociedade, porque a sociedade está despreparada para receber esse homem, então ele acaba retornando para a penitenciária porque ele não encontra apoio para estar trabalhando, não encontra apoio dentro da família e esse tempo que ele ficou aqui dentro, ele perde todas essas referencias, ele perde a família, perde uma porção de coisas que acabam fazendo com que ele se torne lá fora outra vez um homem a margem da sociedade voltando pra cá. Então a educação tem essa função, de procurar ressocializá-lo, através de projetos, através de, vou dar um exemplo aqui, nós temos o ENEM aqui dentro, o ENEM procura dar esses exames, nós damos esses exames, os alunos aqui dentro mostra as vezes um resultado satisfatório, nós procuramos escrevê-los no PROUNI, o PROUNI oferece oportunidade de bolsas para todos e muitos aqui recebem bolsa de estudo.

**Neste momento a entrevistada cita um caso de um rapaz que passou em Direito neste mesmo ano pelo PROUNI. Indaguei como funciona esse processo de estudar fora da instituição, ela pediu que aguardasse um momento e logo depois trouxe esse rapaz para que contasse brevemente a respeito desse processo de sair para estudar fora da instituição. Só que antes foi pedida autorização para um agente penitenciário e o mesmo permitiu. Assim prossegue a nossa entrevista:**

**Entrevistada pedagoga:**

Este rapaz estava cumprindo pena em regime fechado e ele era um aluno da escola e ele participou, acho que por uns dois ou três anos, não sei dizer ao certo quantas vezes você participou do ENEM?

**Entrevistado aluno:**

Dois anos.

**Entrevistada pedagoga:**

Dois anos ele participou do ENEM, é, e ele obteve a nota, que é exigida pelo ENEM, acima da média e ele foi inscrito no PROUNI. Você faz que curso?

**Entrevistado aluno:**

Direito.

**Entrevistada pedagoga:**

Então a juíza permitiu que ele ficasse no semiaberto, nesse semiaberto, ele tem uma autorização judicial, para ele ir até a faculdade estudar e voltar, até ele cumprir o restante da pena dele perante a justiça, depois ele vai estudar. Então isso são projetos que a escola desenvolve. Como você está sentindo estudando?

**Entrevistado aluno:**

Há é outra coisa, se eu soubesse tinha estudado antes.

**Pergunto ao aluno se a escola é fundamental para ele e obtenho a seguinte resposta:**

Há, aqui é o seguinte, é, a escola da oportunidade, tem muita gente que não está nem aí. Mas é uma oportunidade, você tem o livro hoje, você tem televisão, você tem, como é que chama? Pen drive. Tem acesso a tudo, você não aprende se não quiser.

**Então não falta nada pra vocês?**

É tranquilo, os professores que estão lá dentro não tenho o que reclamar, todos os professores sempre arrumavam um livro. Então eu sou sincero eu cheguei no sistema eu tinha a 5ª série, eu não tinha nem fundamental não tinha nada, tudo o que eu aprendi, tudo o que eu estou fazendo na faculdade foi a escola que me deu.



**Você considera que a escola te deu e está dando “base” para fazer a faculdade?**

Sem dúvida.

**Uma curiosidade, você é bem recebido na faculdade?**

Tranquilo, tranquilo. Os professores, eu tenho até um professor que ele é advogado meu da casa aqui e é meu professor lá.

**Fico contente por escutar isso, porque sou estudante de Pedagogia, a gente estuda e discute muito esta questão da educação para todos, é bom ver que está acontecendo de alguma forma.**

**Entrevistado aluno:**

Eu saio daqui, tenho graças a Deus a própria direção da casa.

**Eles levam você até a faculdade?**

Não, eu vou de ônibus, normal e chego lá já tenho a minha carteira de estudante, já corri atrás para pagar a meia passagem, vou e volto, tranquilo. Chego aqui, entro descanso para que no outro dia posso trabalhar.

**Neste momento, me despeço do aluno que está em horário de trabalho e tenho que terminar a entrevista.**

**Assim, a pedagoga continua a entrevista.**

Então, nós temos outros alunos que acompanhamos, que fazem faculdade de logística na Universidade M.

**Que necessidades vocês precisam atender em termos de formação dos alunos para a autonomia, cidadania, participação?**

Olha, autonomia, cidadania dentro de uma prisão é lamentável, mas é tudo feito dentro de uma disciplina bastante rígida. Aqui dentro autonomia, cidadania e participação ela é limitada. Nós estamos aqui num cumprimento de uma pena, então a gente vê isso como uma forma necessária para disciplinar as pessoas que muitas vezes chegam aqui e não tem limites, chegaram aqui por falta de limites. Então a cidadania ela é permitida para

as pessoas que souberam conquistá-la lá fora. Agora cidadania aqui dentro é o preso não vota, não vota porque não é permitido pela nossa legislação. Ele não tem o ir e vir porque o ir e vir dele está pelo menos momentaneamente limitado, é lógico que a perda de, a privação de liberdade ela se dá por um determinado tempo, até porque no Brasil nós não temos a pena, que não tenha limite de tempo, a prisão perpétua, é permitido que o preso fique dentro de uma cadeia por um determinado tempo, a pena máxima é de quarenta anos.

**Mas dentro da escola, entre vocês, professores têm esse pensamento de formar para cidadania aqui fora?**

Tem, a preparação do homem, nós nos preocupamos com o meio ambiente, nós nos preocupamos em passar para eles as possíveis atitudes que eles devem ter diante da sociedade, nós passamos para eles os princípios de solidariedade, de amor ao próximo, enfim todos aqueles princípios que são necessários para que o homem, é, consiga viver numa sociedade de forma, é, idônea, de forma razoável, de forma feliz, é passado pelos professores. Cada um dentro da sua área trabalha esse retorno desse homem a sociedade.

**Qual é o contexto filosófico, sociopolítico, econômico e cultural em que a escola está inserida?**

Dentro do sistema prisional, atendendo a jovens e adultos que não tiveram oportunidade na idade escolar de frequentar uma escola. Então muitos chegam aqui analfabetos ou semi analfabetos, com uma vivência as vezes de um meio ambiente, completamente distorcido daqueles que nós gostaríamos que eles tivessem né. Então esse indivíduo se torna nosso aluno, ele tem necessidade dessa educação, que quando ele era pequeno ele não teve essa mesma oportunidade, ok?

**Até que ponto a escola se preocupa em colocar o sujeito (aluno) como centro do processo educativo?**

Ele é todo centro do processo educativo, não havia um porque, de nós estarmos aqui, senão houvesse nosso aluno que é esse homem que está privado da liberdade. Então a nossa permanência aqui é única e exclusivamente com objetivo final de dar inserção desse homem na sociedade, muitas vezes nós nem ressocializamos, porque nunca foi um homem ressocializado, ele sempre foi um homem que viveu a margem da sociedade. Nasceu a margem da sociedade, nasceu no meio dos pobres, alguns não, mas alguns nasceram no meio dos pobres aonde não tiveram oportunidade e acabaram vendo muita coisa que se tornou

comum, os valores muitas vezes para esse homem encarcerado são valores que muitas vezes foram valores formados através da visão que eles tinham daquele mundo. Ele vivia no meio da droga, as vezes de uma formação familiar muito desestruturada, as vezes com muita pobreza. Outros não, outros são mesmo uma distorção da droga, o nosso meio carcerário é muito jovem, tem muita droga varrendo com esse é, essa prisão vale pelo vício que ele tinha lá fora né.

**Qual a idade deles aqui?**

De dezoito anos a trinta e poucos anos, é uma média muito grande de jovens.

**Qual é o papel da escola diante de outros espaços formadores?**

Eu acredito que o papel da escola, ou o papel do professor é muito importante para que ele tenha uma visão de todos os papéis que são fundamentais para a formação dele. Então a escola ela instrui essa formação, através do professor de historia é possível ele diferenciar. Eu me lembro um caso de um aluno ouvindo a professora de história, dizendo que o homem é modificador do meio ambiente, o homem modificava tudo, o homem a qualquer momento podia transformar qualquer coisa, que só cabia ao homem, ele transformaria tudo, o homem. Ele recebeu aquilo como uma coisa dentro dele, é, transformadora e ele a partir daquele momento passou a ser um novo aluno também, aquele aluno terminou o fundamental de primeira a quarta, quinta a oitava e segundo grau e com uma formação crítica. Então eu acho assim que esse é o poder do professor, ele tem mais que um pensamento, ele tem uma palavra, que as vezes essa palavra transforma, que a maior arma do professor é aquilo que ele pode dizer como um produto transformador né.

**Como a relação entre ensino e pesquisa pode favorecer para a construção do projeto político-pedagógico?**

A pesquisa é fundamental, né. É sem o ensino através da pesquisa, não é possível você ter uma visão, um conhecimento, um aprofundamento. Através do ensino e através da pesquisa vai fazendo com que isso faça, você possuiu o universo, né, muito importante.

**Como é que se dá na hora da construção do currículo, como é que se dá a seleção dos conteúdos?**

A seleção dos conteúdos, nós temos dentro do CEEBJA, nós temos assim uma divisão de conteúdos, dentro dessa divisão de conteúdos você sabe que quando você vai ensinar, que quando você vai dar um conteúdo, você vai dar de acordo com a necessidade daquele indivíduo. Então esse conteúdo é dado aqui dentro é através da necessidade do nosso interno.

Por exemplo, nós temos a necessidade do João, o João ele tem necessidade de ler e escrever para que ele possa mandar bilhetes para a família dele, para que ele possa estar aqui dentro se comunicando, para que ele possa poder obedecer regras através do conhecimento do universo da leitura. Então ele tem necessidade de uma leitura universal, uma leitura do seu ambiente. De repente ele é um homem analfabeto então esse conteúdo é voltado para esse tipo de leitura, ele é voltado para esse tipo de construção de conhecimento. Então como o ensino aqui dentro é individualizado, porque ele é individualizado, ele é individualizado, o aluno “x” não está acompanhando o aluno “y”, não é dada uma educação para todos, cada um é atendido individualmente, dentro de suas necessidades, ele não é atendido como um preso comum, não, ele é atendido como o João da Silva que tem necessidade de uma visão de mundo, ele veio de determinado lugar e nós vamos atender aquele aluno.

### **Como funciona o sistema? A questão de horário, de organização, como se dá isso?**

O horário se dá, por exemplo, nós temos, isso aí é normal. Nós temos aqui um quadro de horários, é, determinado grupo de alunos vai vir naquele horário, tem uma escola, tem duas escolas, porque aqui dentro nós temos divisões do pessoal que fica separado um do outro, nós temos mil presos. Então nós temos gente que fica de um lado que não pode estar misturado com o outro, então nós temos escola para esses alunos, são os alunos de seguro e tem outros alunos que não são, então eles são atendidos em escolas diferentes. Ele chega na escola, lá está o professor de história naquele dia, ele tem o horário tudo certinho, nós temos o chamado guia de estudo aqui dentro.

### **O que seria esse guia de estudo?**

Guia de estudo, por exemplo: você está lá você se matriculou em geografia, você vai ter um guia de estudo nesse dia de estudo você vai, poderia ter trazido um guia de estudo para você ver como funciona. Eu vou lá buscar um guia de estudo para você ver.

**Este Guia de Estudo foi gentilmente cedido pela pedagoga da instituição e estará em anexo no trabalho.**

**Gostaria de saber como é feita a seleção para professores que tenham interesse de trabalhar neste tipo de realidade?**

Sai um edital em nível regional, faz uma banca, essa banca vem, a exigência é que o professor seja professor estadual, que sejam concursados, não pode ser professor PSS. Mas, ele tem que ser concursado e ele passa por essa banca, que é formada por pessoas da penitenciária e do núcleo regional de ensino e de outros segmentos. Eles vêem se essa pessoa tem o perfil para atender a encarcerados, porque aqui além que você seja um profissional, você tem que ter uma certa presença de espírito né, você tem que ver se o seu perfil encaixa das necessidades da prisão.

**Há mulheres nessa prisão?**

Não, nós trabalhamos só com homens, Londrina não tem uma prisão exclusiva só para mulheres.

**Entre os professores?**

Tem bastante mulheres, temos poucos homens.

**Fale um pouco mais a respeito do guia de estudo:**

Bom, como eu estava falando para você que os nossos alunos têm o guia de estudo, esse guia de estudo é o que vai guiá-lo para que ele possa durante o ano estar. Então veja bem, vamos dizer que o aluno tenha se matriculado em geografia, eu estou ainda preparando o guia de estudo desse ano e ele se matriculou em geografia no ensino médio, ele vai pegar o seu guia de estudo ele vai ver a concepção da disciplina de geografia, logo em seguida ela vai ver a dinâmica e o horário de atendimento. O atendimento ao aluno será realizado de forma presencial de acordo com a necessidade do mesmo e da própria escola, podendo ser de forma coletiva ou individual nos horários pré-estabelecidos pelo sistema de atendimento ao aluno interno.

Nós temos a escola 1 e a escola 2, na escola 1 o atendimento será dado pelo professor "M" na segunda-feira no período matutino e vespertino e na quarta-feira nos mesmos períodos. Então o aluno já sabe aqui o horário que ele vai ser atendido pelo professor

“M” em geografia. Na escola 2 o atendimento será dado pela professora “F” na quinta-feira e na sexta-feira no período matutino.

**A partir deste momento a entrevistada faz a leitura do Guia de estudos e comentários, sendo interrompida algumas vezes por questionamentos que foram surgindo de acordo com as dúvidas a respeito do assunto tratado**

Duração e carga horária da disciplina, então ele vai ver dentro da carga horária. Bem, a carga horária de 100% nessa disciplina é de 128 horas aula. Então geografia tem 128 horas aula, com quatro registros de notas. Os alunos que apresentarem aproveitamento através de classificação terão carga horária diferenciada conforme a seguir, o aluno pode dentro do nosso sistema de ensino ele ser classificado em 25%, seu eu achar que ele veio lá de fora, que ele já tem um aproveitamento lá fora, do seu conhecimento da vida ele não precisa comprovar, mas vai ser feito um exame para ele e ele teve um aproveitamento de 25% ele vai cumprir só 96 horas.

**Então é dada oportunidade para que o aluno demonstre o que ele já sabe?**

Exato, ele não precisa fazer uma carga de 128 horas, ele pode ser classificado em 50% em geografia, ele já tem um conhecimento já bom, aí de trinta anos, ele durante a vida dele ele tem um conhecimento. Se eu der uma prova com esse aproveitamento ele vai conseguir um registro e uma nota para ele fazer só 50%, só duas provas. Então ele vai ler aqui e vai saber que ele pode ser classificado dentro do que está aqui, pode ser e pode não ser.

**A entrevistada continua a leitura do Guia de Estudos**

Conteúdo programático, ele vai saber que na primeira avaliação, ele vai ter que cumprir tudo que está no guia de estudos, organização espacial e tecnológica, capitalismo e socialismo, divisão do espaço mundial em norte desenvolvido e sul subdesenvolvido e bolsões de pobreza. Então ele vai ter que esse conhecimento nessa primeira avaliação. Na segunda avaliação nós temos esses conteúdos, terceira avaliação esses conteúdos e na quarta avaliação os conteúdos propostos pelo guia de estudo, tudo isso aqui é 100% que nós vamos esperar desse aluno, dentro de geografia.

Encaminhamento metodológico, como vai ser o encaminhamento desse aluno, a metodologia a ser desenvolvida terá por objetivo principal possibilitar ao educando mecanismos de análise e reflexão sobre sua condição. Para isso é importante a valorização dos

saberes que os educandos possuem e que foram acumulados ao longo de sua existência. Esses saberes devem ser o ponto de partida para a construção dos demais. Aí ele vê como vai ser a metodologia dele. Qual material de apoio que ele vai ter: textos, quadro de giz, atlas geográfico, globo terrestre, TV pen drive, jornais e revistas, filmes e atividades lúdicas como quebra-cabeças, caça ao tesouro, enfim esse é o material que ele vai ter de apoio.

### **Eles têm livro didático?**

Eles têm o livro que vem do Estado, aquele que o professor prepara para ele né, prepara no sistema de Xerox.

### **Novamente ela continua a leitura do referido documento**

Avaliação: a verificação do rendimento escolar se dará por meio de avaliações realizadas no processo ensino e aprendizagem por meio de vários instrumentos como exercícios, testes, trabalhos, relatórios, elaboração de mapas e provas escritas. Serão feitos quatro registros de notas somatórias da seguinte forma: provas ou testes no valor 6,0, trabalhos valor 2,0, exercícios valor 2,0, o aluno que não atingir a nota mínima de 6,0 em cada avaliação, terá oportunidade de uma recuperação paralela para novamente ser avaliado. Essa é a nossa avaliação. Aqui nós temos exames supletivos, três vezes ao ano, quando tem lá fora nós temos aqui, nós inscrevemos os alunos para que ele passe no exame supletivo com oportunidade de conclusão, né. Temos o referencial bibliográfico daonde ele vai poder estudar.

Então esse guia de estudo é dentro de cada disciplina que ele tem, nós temos um guia de estudo, mais ou menos que nem esse, cada um faz o seu, mas todos dentro desse modelo. Cada um faz o seu, cada um numa linguagem, né.

### **Cada um que você diz é cada professor? Ou área?**

Cada professor e área.

### **Quantos professores em cada área?**

Não tem vários professores, tem professor que é sozinho na área, tem outras que são dois, no máximo dois ou três por área. Por exemplo, no ensino médio e fundamental na língua portuguesa. Tem a dinâmica de horário, enfim o aluno tem que ter isso daqui como se fosse um roteiro, um roteiro para ele saber, então ele vai estudar português vai olhar e ver como vai ser, vou ter que pedir o caderno para o professor, tal dia ele está lá na escola tal

horário ele está lá, ele vai dar o caderno isso, isso e isso, ele vai pensar eu tenho condição de ser classificado.

**O material escolar fica com o aluno?**

Fica com ele, fica com ele. Esse guia de estudo é importante para que ele tenha um endereçamento, ele sabe que dia ele deve ir a escola, se ele está matriculado naquela matéria, ele sabe o horário que ele estará naquela escola, quais os conteúdos que ele tem que estar estudando na cela.

**Então, por exemplo, ele vai fazer exame supletivo e mostra a intenção ou o professor que decide?**

Ele que demonstra o desejo de fazer, nós passamos uma relação escrita assim: é a oportunidade sua de terminar as disciplinas tais e tais, haverá exame supletivo nos dias tais e tais, se você tem o desejo de fazer o exame, passe o seu nome. Então nós temos uma relação de toda a cadeia, mandamos para os pátios e daí eles mandam o nome, eles chamam de “pipas”, eles mandam uma “pipa” dizendo que eles querem se matricular e nós fazemos a inscrição deles no exame supletivo.

**Eles são motivados, interessados?**

Eles são, até porque dentro da prisão existem poucas oportunidades né. Como elas existem poucas, elas são sempre muito bem solicitadas.

**Como é a relação do professor com eles?**

É uma boa relação, o aluno encarcerado, principalmente o homem, que já passou pela experiência de ser condenado, ele passa por uma reeducação eu acho dentro da prisão. Porque eu acho que através de duras penas ele aprende a respeitar as pessoas que atendem o preso aqui dentro, o preso ele é muito educado.

**Então vocês não têm problema com a indisciplina?**

Não, indisciplina nós não temos. Nós não temos problema de chamar a atenção do preso, que, aliás, não é a nossa função. A nossa função aqui é apenas educar né e a função do segurança é passar para ele a disciplina.

**A procura é grande dos alunos pelo estudo?**



A procura é grande, a escola que não tem tamanho suficiente para toda essa demanda não, viu. Nós temos escola, mas chega ser pequena.

**Qual o tamanho das salas de aula?**

É do tamanho de uma sala de aula normal.

**O prédio é separado da cadeia?**

Não, fica no coração da cadeia.

**A Escola 1 e a Escola 2 são separadas?**

São separadas, são duas escolas.

**Que tipo de dificuldades para a efetivação do projeto vocês enfrentam aqui?**

São grandes até porque eles, dentro do sistema você precisa ter muito cuidado, para que a gente não coloque em risco todo um grupo, né. Então nós temos a dificuldade de fazer uma coisa, demora mais tempo do que lá fora, a palavra de ordem aqui é não. Porque é necessário que as pessoas estejam em segurança, a principio é não, mas depois através de estudo, uma comissão inteira, se vê a possibilidade das coisas estarem sendo feitas dentro de uma certa vigilância, né. Porque, porque qualquer coisa que aconteça aqui dentro a gente não envolve a vida só da gente, mas a vida de todo mundo, de todo um grupo, de toda uma penitenciária, de toda uma comunidade.

**Então a coletividade é uma necessidade, não é uma condição?**

Aqui é uma necessidade, você junta aqui todos os tipos de delitos, desde o mais brando até o mais complexo. Então quando se trata de trabalhar com o ser humano você não pode, é, fazer aquilo que dá na sua cabeça. Porque você não sabe o que se passa na cabeça de uma pessoa que está num sistema prisional, então você tem que respeitar aquilo que você ouve aqui dentro. Não é não, é não para dar um recado, é não para dar um recado. É não para você não dar uma informação, é não para você não dar uma informação. Porque você pode de repente com isso estar servindo como um tipo de trampolim, com alguma coisa que não seja licita. Então você tem que ser cuidadoso, com o que você diz, você tem que ser cuidadoso com o que você faz, com as coisas que você. Por exemplo, você leva na escola um apontador e você acha que não tem nada demais, você vai dar um apontador para um aluno apontar um

lápiz, mas de repente você está dando um estilete para ele matar um companheiro. Então se é não para dar, é não e acabou.

Eu estou dentro do sistema antes de vir um preso, eu já vim para formar escola, então durante todos esses anos cada dia eu vejo que, há essa necessidade de obediência.

### **Então faz tempo que você está trabalhando dentro do sistema prisional?**

Faz tempo, eu trabalho nessa área desde que tem o sistema prisional em Londrina. Então a gente vê que a cada dia a gente tem que ser muito atento e muito obediente. O não muitas vezes pode até ser exagerado naquele momento, mas possivelmente ele evita muitas coisas que seriam piores. Então dar aula dentro do sistema, não é só dar aula dentro do sistema. Eu tenho assim não mediar, há não tem nada demais, eu vou dar um recado para a família dele, dizer que está tudo bem de repente está dizendo isso, existe um código atrás de tudo isso. Então não cabe a mim certas coisas.

### **Você diria que não tem afetividade?**

Não seria não ter afetividade, a afetividade e informação são duas coisas diferentes. Eu posso usar da afetividade e eu não dar informação, eu posso atender a família desse interno através dos meios legais que existem dentro da penitenciária sem fazer com que eu seja um trampolim e muito menos seja um avião pra ele. Se este preso tem necessidade eu posso ir atrás de uma assistente social, pedir para que esse preso está passando por um momento difícil, que não está vendo a família, que ela intermedie, que ela faça as coisas. Porque dentro de uma prisão cada um tem a sua função, eu não preciso servir como assistente social, porque eu não sou assistente social, eu sou professora, eu não tenho que servir como advogada porque eu não sou advogada, eu sou professora, eu não tenho que ser o juiz, porque eu não sou o juiz para estar julgando, ele está julgado. Eu posso alertá-lo de como ele pode estar saindo de tudo isso mas de uma forma diferente.

### **Imagino que esta adaptação no começo para o professor dentro do sistema seja difícil.**

É difícil, é difícil, eu que já estou há muito tempo, é, sei que não é fácil não. Eu até hoje estou aprendendo dentro do sistema. É um aprendizado, porque a cada dia existe uma situação nova. Quando você pensa que aprendeu alguma coisa, surge uma situação nova, dentro do sistema é assim, você está trabalhando com pessoas que elas têm muito tempo para estar maquinando, né, pensando.

**O projeto político-pedagógico atende apenas as necessidades do momento ou ele pensa na formação contínua do aluno?**

Pensa na formação contínua, principalmente né, porque a formação do momento, as vezes não é tudo, esse momento aqui é um momento passageiro.

**Tem alguns programas do Estado que funciona na escola?**

O ENEM, o PROUNI, o exame supletivo e os concursos que há no Estado também, de redações, também eles participam.

**Neste momento a entrevistada mostra os planejamentos realizados pelo professor e assim peço para que explique um pouco mais.**

É feito o planejamento da disciplina, do planejamento faz o plano de ação, que seria um plano de ação assim pro primeiro semestre ou para o primeiro trimestre, daí pro segundo trimestre, terceiro trimestre, por quarto trimestre, a cada três meses haver uma nova elaboração, e daí desse plano de estudo, desse plano de ação, nós fazemos o guia de estudo. O professor já planejou como vai ser o seu primeiro trimestre, o que ele vai dar, como ele vai dar, enfim tudo aquilo, e daí ele vai tirar um guia de estudo para que o aluno possa acompanhar. Dentro de língua portuguesa nós temos os conteúdos específicos, antes dos conteúdos específicos, nós temos os conteúdos estruturantes, dentro da língua portuguesa nós temos a oralidade, a leitura e a escrita. Dentro desses conteúdos nós vamos especificar no plano de ação o que se vai trabalhar, dentro da oralidade, da leitura e da escrita.

**A muita rotatividade de professores?**

Não, aqui dentro não há muita rotatividade, até porque não pode, as pessoas que estão aqui dentro elas tem que adquirir uma certa experiência. Se for muito trocado vira bagunça daí, porque cada um entra com uma visão, quando ele começa aprender alguma coisa ele já sai. Então a gente busca muito assim, é aquele. Mas vai mudando aquele que aposenta, outro não se acostuma né.

**A gente estava falando do PROUNI, explique como funciona melhor.**

Ele faz o exame do ENEM, fez o exame do ENEM, o Estado manda o resultado, diante do resultado o aluno que obtiver nota suficiente dentro da média nacional, ele tem direito a se inscrever no PROUNI. A gente inscreve ele no PROUNI e aguarda o

resultado, o ano passado nós tivemos seis bolsas integrais. O ano retrasado eu acho que nós tivemos cinco bolsas integrais, só que não são todos que a juíza, podem estudar. Ela vai avaliar pra estudar aquele preso de bom comportamento, que nunca fez nada dentro do sistema, que a pena dele, é possível ela dar um semi aberto para ele.

**Como funciona?**

Ele é colocado num semiaberto, ele vai trabalhar por lado de fora, trabalhar numa cozinha, trabalhar do lado de fora e ele vai estudar. Ela vai permitir que ele vai aqui na faculdade e volte para cumprir a pena.

**É o caso daquele rapaz que você me apresentou.**

No caso daquele rapaz, que faz Direito.

**A questão do financiamento como funciona para a escola?**

Ele ganha bolsa integral.

**Eu gostaria de saber o financiamento do Estado para a escola, é o Estado que mantém tudo?**

É o Estado que mantém, mantém o caderno, material, tudo.

**Finalizo a nossa conversa agradecendo a gentileza e disponibilidade da pedagoga ao conceder esta entrevista para realização do nosso trabalho.**

## APÊNDICE C

## QUESTÕES DA ENTREVISTA COM A PEDAGOGA

- 1) Que objetivos e metas correspondem às necessidades e expectativas dessa comunidade escolar?
- 2) Que necessidades vocês precisam atender em termos de formação dos alunos para a autonomia, cidadania, participação?
- 3) O projeto político-pedagógico passa por algum tipo de avaliação por vocês?
- 4) Qual é o contexto filosófico, sociopolítico, econômico e cultural em que a escola está inserida?
- 5) Que concepção de homem se tem?
- 6) Que valores devem ser defendidos na sua formação?
- 7) O que vocês entendem por cidadania e cidadão?
- 8) Em que medida a escola contribui para a cidadania?
- 9) Em que medida a escola propicia a cidadania?
- 10) A formação da cidadania tem sido o fio condutor do trabalho pedagógico da escola?
- 11) Até que ponto a escola se preocupa em colocar o sujeito (aluno) como centro do processo educativo?
- 12) Como a escola deve responder às aspirações dos alunos e professores?
- 13) Qual é o papel da escola diante de outros espaços formadores?
- 14) Como avançar a prática pedagógica de forma que o conhecimento seja trabalhado como processo e, dessa forma contribuir para a autonomia do aluno, do ponto de vista intelectual, social e político, favorecendo a cidadania?
- 15) Como a relação entre ensino e pesquisa pode favorecer para a construção do projeto político-pedagógico?
- 16) Como viabilizar a compreensão das relações que o trabalho gera com relações sociais mais amplas por meio de conteúdos curriculares históricos, críticos, criativos, não tomados em si, mas a luz do trabalho em questão?
- 17) O que significa construir o projeto político-pedagógico como prática social coletiva? Como fica isto dentro de uma prisão?
- 18) Em que sentido o projeto político-pedagógico altera significativamente a organização do trabalho escolar?
- 19) Como os compromissos efetivados coletivamente modificam o conjunto das ações docentes executadas no interior da escola, e conseqüentemente, geram resultados que

expressam a melhoria da qualidade de ensino?

- 20) Que elementos contribuem e/ou dificultam a manutenção e a continuidade do projeto político-pedagógico, após sua implantação?
- 21) O projeto político-pedagógico é mais um documento dentro da instituição ou é colocado em prática? De que forma isto é feito?
- 22) Os alunos têm acesso ao projeto político-pedagógico? Conhecem seu conteúdo?
- 23) Qual o fluxo de profissionais dentro da instituição? Há muitos efetivados?
- 24) Quem elaborou o projeto político-pedagógico? Foi feita alguma pesquisa teórica ou até mesmo contextual?
- 25) Nesta instituição é exercido algum tipo de autonomia? Como ela é vista?
- 26) É seguido algum tipo de ideologia dentro do contexto do sistema prisional? Como ela é exercida?
- 27) Os trabalhos pedagógicos são realizados de forma coletiva?
- 28) Qual tipo de avaliação é realizado?
- 29) O projeto político-pedagógico atende apenas as necessidades do momento ou ele pensa na formação contínua do aluno?
- 30) Quais as dificuldades encontradas para a elaboração e aplicação do projeto político-pedagógico?
- 31) O que significa o projeto político-pedagógico para todos da instituição (professores, alunos e funcionários)?
- 32) Que tipo de dados a comunidade aparecem no Projeto político-pedagógico?
- 33) Que programas do Estado funcionam na Escola?
- 34) Como a escola é financiada?

**ANEXOS**